OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

REDES CULTURAIS NACIONAIS DO MINISTÉRIO DA CULTURA: INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO 2025

José Soares Neves
Jorge Santos
Sofia Costa Macedo
Maria João Lima

Como citar:
Neves, José Soares; Santos, Jorge; Macedo, Sofia Costa & Lima, Maria João (2026). *Redes culturais nacionais: indicadores de monitorização 2025*. OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.

DOI: 10.15847/CIESOPACRedesCulturaisMC2025

Data: maio de 2026

O Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), estrutura constituída em dezembro de 2018 no seio do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) da Associação Iscte Conhecimento e Inovação - Centro de Valorização e Transferência de Tecnologias, tem como missão o estudo, produção e disponibilização pública de informação rigorosa e atualizada nos diversos domínios culturais visando desta forma contribuir para os debates atuais na sociedade portuguesa e para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Diretor: José Soares Neves

Índice

Sumário executivo 5
Executive summary 7
Introdução 9
Método 11
As Redes Culturais Nacionais: indicadores-chave de caracterização 12
O Índice de Redes Culturais Nacionais do MC 14
As Redes Culturais Nacionais 21
Rede Nacional de Bibliotecas Públicas 21
Rede Portuguesa de Museus 23
Rede Portuguesa de Arquivos 25
Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses 27
Rede Portuguesa de Arte Contemporânea 29
Notas Finais 31
Legislação citada 33
Referências 34
Sites das Redes Culturais do MC 34
Anexos 35
I. Legislação relativa às redes nacionais 35
II. Bibliografia e outras fontes sobre redes nacionais 38
Notas biográficas dos autores 53

Índice de Quadros

Quadro 1 Indicadores-chave das redes nacionais de equipamentos (2025) 12
Quadro 2 Municípios segundo o número de redes existentes 15
Quadro 3 Evolução dos municípios com equipamentos nas redes por Região 16
Quadro 4 Evolução dos equipamentos nas redes por Região 17
Quadro 5 Acréscimos dos equipamentos nas redes e impactos no Índice de Redes Culturais Nacionais do MC, por município (número) 18

Índice de Mapas

Mapa 1 Índice de Redes Culturais Nacionais do MC (2025) 14
Mapa 2 Índice de Redes Culturais Nacionais do MC: alterações de nível em 2025 20
Mapa 3 Rede Nacional de Bibliotecas Públicas 22
Mapa 4 Rede Portuguesa de Museus 24
Mapa 5 Rede Portuguesa de Arquivos 26
Mapa 6 Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses 28
Mapa 7 Rede Portuguesa de Arte Contemporânea 30

Sumário executivo

Os programas de redes culturais de âmbito nacional do Ministério da Cultura foram instituídos em Portugal em 1987, ano de criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Nas últimas quatro décadas o país realizou um importante investimento na criação destas redes culturais enquanto instrumento estratégico da política cultural nacional. Por isso, as cinco redes atualmente existentes – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Rede Portuguesa de Museus, Rede Portuguesa de Arquivos, Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, foram consideradas como uma das dimensões de análise no âmbito do *Atlas Artístico e Cultural de Portugal* (Neves *et al*, 2024).

Este estudo tem como objetivo dar sequência à análise espacial desta dimensão das políticas públicas culturais com a atualização dos indicadores já construídos no *Atlas*, com destaque para o Índice de Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura, e a que se acrescenta a construção de novos indicadores, agora numa perspetiva comparada da evolução no tempo.

Tal como no *Atlas*, a abordagem territorial é de âmbito nacional, ou seja, inclui o Continente e as Regiões Autónomas, sendo a unidade de análise o município, apoiada em cartografia específica, com uma versão interativa *online*. Do ponto de vista temporal, caracteriza-se a situação em 2025 e a evolução verificada desde a realidade observada no *Atlas*, em 2023, para 2025, quer no conjunto das redes, quer especificamente em cada uma, identificando-se as alterações e avançando-se na explicação da evolução ocorrida no período em análise. Do ponto de vista analítico adota-se ainda um duplo olhar - o das redes e o dos municípios – dando conta das suas inter-relações em diversos planos – o dos equipamentos existentes em cada município e o dos equipamentos nas redes. Espera-se, deste modo, contribuir para a monitorização desta importante medida de política cultural nacional direcionada para a democratização do acesso à cultura na perspetiva da descentralização e da redução das desigualdades, qualificando a oferta, ou seja, promovendo a proximidade dos equipamentos culturais das populações que visam servir de acordo com os padrões de qualidade considerados os mais adequados ao seu funcionamento e à relação com as populações.

Os dados mostram dinâmicas assinaláveis de crescimento e de disseminação pelo território, seja qual for o indicador em análise. Verificaram-se acréscimos significativos

nos cerca de dois anos em análise tanto em cada uma das redes – o aumento varia entre 31 na RPAC e 10 na RPM – como nos municípios com pelo menos um equipamento nas redes, que são 278 (86%) em 2025. Deste modo, note-se que a percentagem de municípios sem qualquer equipamento baixou de 14% em 2022 para menos de um em cada dez (9,6%) em 2025.

O Índice de Redes Culturais do MC evidencia evoluções positivas nos níveis mais altos e, pelo contrário os mais baixos a diminuir. Por exemplo, no nível Muito alto, situam-se em 2025 34 municípios (11%) quando esse número era 29 (ou 9,4%) em 2023. Como se esperaria, a RNBP continua a ser a mais presente no território (262 municípios), ao passo que a RPA é a menos representada (em 40 municípios).

Palavras-chave: Redes Culturais Nacionais, Índice, Políticas culturais, Equipamentos culturais

Executive summary

Nationwide Cultural Networks were implemented in Portugal in 1987 when the National Network of Public Libraries was formally established. In the last four decades the country has made significant investments in creating these networks considered an important instrument of cultural public policies. The existing five networks – National Network of Public Libraries, Portuguese Network of Museums, Portuguese Network of Archives, Portuguese Network of Theatres and Cinemas and Portuguese network of Contemporary Art, were taken into consideration within the *Artistic and Cultural Atlas of Portugal* (Neves *et al*, 2024).

The aim of this report is to continue the spatial analysis of the mentioned cultural policy dimension updating the existing indicators and putting forward new ones focused on time evolution.

As in the Atlas, the territorial approach is national in scope, encompassing both mainland Portugal and the Autonomous Regions, with the municipality as the unit of analysis, supported by dedicated cartography and complemented by an interactive *online* version. From a temporal perspective, it characterizes the situation in 2025 and analyses the developments observed since the baseline established in the Atlas for 2023, examining changes between 2023 and 2025 both across the network system as a whole and within each individual network, identifying transformations and advancing explanations for the trends observed during the period under review. From an analytical standpoint, a dual perspective is adopted—focusing on networks and on municipalities—highlighting their interrelationships across multiple dimensions, namely the cultural facilities available within each municipality and those integrated within the networks. This approach is intended to contribute to the monitoring of this key national cultural policy measure aimed at democratizing access to culture, from the perspective of decentralization and the reduction of inequalities, by enhancing the quality of provision and promoting the proximity of cultural facilities to the populations they serve, in accordance with standards regarded as most appropriate for their operation and their relationship with communities.

The data reveal notable dynamics of growth and territorial dissemination, regardless of the indicator under analysis. Significant increases were observed over the approximately two-year period under review, both within each of the networks—the

increase ranges from 31 in the RPAC to 10 in the RPM—and in the number of municipalities with at least one facility within these networks, which total 278 (86%) in 2025. Accordingly, it should be noted that the proportion of municipalities without any such facility decreased from 14% in 2022 to less than one in ten (9.6%) in 2025.

The Ministry of Culture's Cultural Networks Index shows positive developments at the higher levels and, conversely, a decline at the lower levels. For instance, the "Very high" level includes 34 municipalities (11%) in 2025, compared with 29 (9.4%) in 2023. As expected, the RNBP remains the most widespread network across the territory (262 municipalities), whereas the RPA is the least represented (present in 40 municipalities).

Keywords: National Cultural Networks, Composite index, Cultural policies, Cultural infrastructure

Introdução

Portugal tem em funcionamento cinco redes culturais nacionais da responsabilidade da tutela da cultura, uma política multinível (Neves, 2025) em articulação com a administração local e, em alguns casos, com entidades privadas: a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), a Rede Portuguesa de Museus (RPM), a Rede Portuguesa de Arquivos (RPA), a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) e a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC)[1]. Os equipamentos que constituem cada rede e a sua localização no território são conhecidos, mas falta uma perspetiva global desta medida de política pública cultural. Com o Índice de Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura definido no *Atlas Artístico e Cultural de Portugal* (Neves et al., 2024), é agora possível ter uma visão de conjunto da (intensidade da) implantação dos equipamentos destas redes no território português (Continente e Regiões Autónomas) de modo a promover a sua monitorização (EMAPIL/PLANAPP, 2024).

Como se evidencia no *Atlas* deve-se ter presente que os equipamentos nas redes não esgotam os do mesmo tipo existentes no país – longe disso - referem-se apenas aos credenciados, ou seja, os que foram aceites como membros das redes mediante o cumprimento de um conjunto de critérios que são conhecidos e aceites.

De acordo com os instrumentos normativos, as redes culturais nacionais visam a qualificação dos equipamentos existentes em várias dimensões, são sistemas dinâmicos, contemplam a abertura à adesão de novos equipamentos, sendo que, por outro lado, os aderentes, ou credenciados – ou seja, que cumprem voluntariamente um conjunto pré-definido de critérios reconhecidos como de qualidade - podem ser objeto de exclusão.

Para além de outras dimensões de grande importância na análise das dinâmicas que se vêm registando na área da cultura, e para que o *Atlas* tem vindo a constituir um instrumento de grande relevância[2], importa, assim, acompanhar e caracterizar a sua evolução no tempo em número de equipamentos aderentes e a sua localização no território. Para tal, com base

[1] Para além destas cinco redes outras poderão estar em preparação. Por exemplo, em novembro de 2025 o Subdiretor-Geral da DGLAB, Jorge Janeiro, apresentou numa comunicação o "itinerário para construir a Rede Nacional de Arquivos de Portugal", que marca o arranque desta nova Rede, um projeto apresentado como estruturante da DGLAB para o País.

[2] Refira-se a este propósito a realização de um novo atlas, de recorte regional, no caso o *Atlas Artístico e Cultural de Lisboa e Vale do Tejo* (Neves *et al*, 2026).

nos dados produzidos pelos organismos de tutela das redes, foram construídos vários indicadores e fixaram-se balizas temporais.

Neste sentido, são dois os objetivos deste estudo: por um lado, mostrar o processo de construção dos novos indicadores, complementares aos anteriormente elaborados; e, por outro, descrever e explicar a evolução entretanto verificada.

Tendo como ponto de partida o *Atlas* (e, como referido, em particular o Índice de Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura, então com dados de 2023, aí apresentado) os dados da presente atualização[3] estão referenciados a 31 dezembro de 2025 o que corresponde, portanto, a uma perspetiva da evolução ocorrida em cerca de dois anos. Em termos territoriais a unidade de análise permanece o município.

Do ponto de vista analítico adota-se um duplo olhar - o das redes e o dos municípios – dando conta das suas inter-relações em diversos planos – o dos equipamentos em cada município, o dos equipamentos nas redes. Do ponto de vista temporal, a perspetiva adotada é também dupla: por um lado a situação em 2025 e por outro a evolução verificada de 2023 para 2025. Esta dupla perspetiva aplica-se ainda às redes: em conjunto (o Índice) e a cada uma delas em específico.

Após uma nota de método, caracterizam-se as cinco redes segundo um conjunto de indicadores-chave; descreve-se depois a distribuição pelo território seguindo o Índice de redes e identificam-se as alterações ocorridas em cada tipo de município, ou seja, procura-se avançar na explicação da evolução entretanto ocorrida desde 2023. Para tal, recorre-se a vários indicadores quer do Índice, quer dos equipamentos quer, ainda, dos municípios. Termina-se com a distribuição de cada rede pelo território. Como se referiu já, a unidade territorial é o município.

As redes aqui em análise têm existência legal. Para a compreensão dos respetivos enquadramentos, missões e outras normas inclui-se em anexo a legislação aplicável. Num outro plano, no seu conjunto ou individualmente, têm sido objeto de inúmeros estudos, artigos científicos, relatórios. Para contribuir para esta reflexão inclui-se ainda um outro anexo de bibliografia cuja consulta igualmente se recomenda. Em ambos os casos incluem, complementam e alargam as fontes e a bibliografia citadas no corpo do texto.

Chama-se ainda a atenção para o facto de este estudo disponibilizar *online* um conjunto de conteúdos no site do OPAC (https://opac.cies.iscte-iul.pt) em que se destacam os mapas, em formato interativo, permitindo assim a identificação de cada município e

[3] A atualização regular do Índice com vista a acompanhar a evolução das redes integrantes dos programas do Ministério da Cultura foi enunciada como um objetivo da equipa do OPAC na apresentação pública do *Atlas* realizada a 27 de setembro de 2024 no auditório da Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. De acordo com esse objetivo publicamos agora uma nova atualização. A primeira foi disponibilizada no site do OPAC logo a 27 de setembro de 2024 e referia-se ao mês de agosto desse ano.

respetivas características no indicador que se pretender consultar, bem como a legislação aplicável e a bibliografia sobre redes culturais.

Método

A informação apresentada decorre da consulta e análise de fontes documentais – legislação, regulamentos e relatórios – e da sistematização e uniformização, por município, dos dados disponibilizados pelo organismo de tutela de cada rede: a DGARTES - Direção Geral das Artes (RTCP e RPAC); a DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (RNBP e RPA) e a MMP, EPE - Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (RPM). A noção de Região corresponde à Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) de nível II (nove regiões) e III (as CIM-Comunidades Intermunicipais), em vigor na União Europeia (Regulamento Delegado (UE) 2023/674). As balizas temporais dos dados das redes culturais são 2023 (a partir do *Atlas*) e 31 de dezembro de 2025 para todas as cinco redes.

Haverá que fazer ainda uma nota de método sobre a unidade de análise dos equipamentos: na RNBP é a biblioteca central, uma por município - que pode ter uma ou mais bibliotecas anexas e ainda bibliotecas itinerantes e/ou pontos de serviço externo; nas restantes redes pode haver lugar a mais do que um equipamento por município; no caso da RPM a regra é também esta, embora – à semelhança da RNBP – um museu aderente pode ter um ou mais núcleos – os museus polinucleados.

Com base nas referidas opções quanto às unidades de análise, os municípios são classificados no Índice de Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura em quatro níveis: **Muito alto** (municípios com pelo menos um equipamento de cada uma de quatro ou cinco redes); **Alto** (municípios com pelo menos um equipamento de cada uma de três ou quatro redes); **Baixo** (municípios com pelo menos um equipamento de uma das cinco redes) e **Sem equipamento** nas redes.

Os mapas foram construídos com a ferramenta *Datawrapper*.

As Redes Culturais Nacionais: indicadores-chave de caracterização

No conjunto das cinco redes culturais, a RNBP é claramente dominante no panorama nacional, tanto pela quantidade de equipamentos (262), como pelo número (também 262) e percentagem (85,1%) de municípios com equipamentos credenciados (quadro 1).

Quadro 1 **Indicadores-chave das redes nacionais de equipamentos (2025)**

Indicadores	RNBP	RPM	RPA	RTCP	RPAC
Ano de lançamento/criação	1986	2000	2008	2019	2021
Primeiro ano com equipamentos aderentes	1987	2001	2008	2021	2022
Unidade de registo	Biblioteca central	Museu, núcleo sede	Arquivo	Recinto	Equipamento
Equipamentos aderentes (n)	262	175	57	103	97
Municípios com equipamentos (n)	262	96	40	93	47
Rácio equipamento por município	*1,0*	*1,8*	*1,4*	*1,1*	*2,1*
Municípios com equipamentos aderentes no total de municípios (%)	85,1	31,2	13,0	30,2	15,3
Variação no número de equipamentos relativamente a 2023 (n)	+ 17	+ 10	+ 11	+ 18	+ 31
Municípios em territórios de baixa densidade, parcialmente baixa densidade ou RUP com equipamentos nas redes (%)(*)	170 (78,7%)	51 (23,6%)	19 (8,8%)	48 (22,2%)	25 (11,6%)
Tutela	DGLAB	MMP, E.P.E.	DGLAB	DGARTES	DGARTES

Fonte: OPAC com base na informação das redes nacionais.
Nota: Os dados são referenciados a 31 de dezembro de 2025; (*) Segundo a Deliberação nº 31/2023/PL, de 22 de setembro, da Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2030, incluindo municípios com freguesias de baixa densidade (parcialmente baixa densidade) e RUP – Regiões Ultraperiféricas de acordo com o artigo 349.º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), em Portugal as R. A. dos Açores e da Madeira. No conjunto totalizam 216 municípios.
Legenda: RNBP - Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; RPM - Rede Portuguesa de Museus; RPA - Rede Portuguesa de Arquivos; RTCP - Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses; RPAC - Rede Portuguesa de Arte Contemporânea; DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas; MMP, EPE - Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.; DGARTES – Direção-Geral das Artes.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Importa relembrar que a RNBP é a mais antiga e com uma característica que importa destacar uma vez que corresponde, em muitos municípios, ao desdobramento de equipamentos: para além de uma biblioteca central, cada biblioteca pode incluir (diversas) bibliotecas anexas, bibliotecas itinerantes e ainda os chamados pontos de serviço externo. No índice considera-se apenas a biblioteca central, independentemente do número de bibliotecas anexas, itinerantes ou serviços que a componham. Do mesmo modo, um museu credenciado na RPM pode incluir, para além do núcleo sede, um ou mais núcleos (museu polinucleado), o que aliás é uma opção frequente (Santos, Fradique & Pacheco, 2024, p. 25). Considera-se também neste caso como unidade de análise apenas um museu.

As outras quatro redes registam números muitos diferenciados e bastante mais baixos em qualquer dos indicadores considerados. Isso decorre de vários fatores, designadamente dos objetivos e do tempo de existência. A RTCP e a RPAC são muito recentes, foram criadas após 2019 e correspondem à vontade de dar um novo impulso nesta política cultural, iniciado no XXII Governo Constitucional através de programas de equipamentos em rede.

A RPM, a segunda a ser criada (2001) tem, em 2025, 175 museus aderentes, situados em 96 municípios, o que significa uma implantação em perto de um terço (31,2%) do total dos municípios do país. Embora com um número mais baixo de equipamentos aderentes (103), a RTCP tem uma implantação muito próxima (30,2%). As outras duas apresentam um nível de cobertura semelhante entre si (em torno dos 13%-15%), embora com equipamentos aderentes em número diferente: 57 a RPA e 97 a RPAC. Os organismos do Ministério da Cultura com atribuição na gestão das redes são três: a DGLAB (a RNBP e a RPA); a DGARTES (a RTCP e a RPAC, as duas mais recentes); e a MMP-E.P.E. (a RPM).

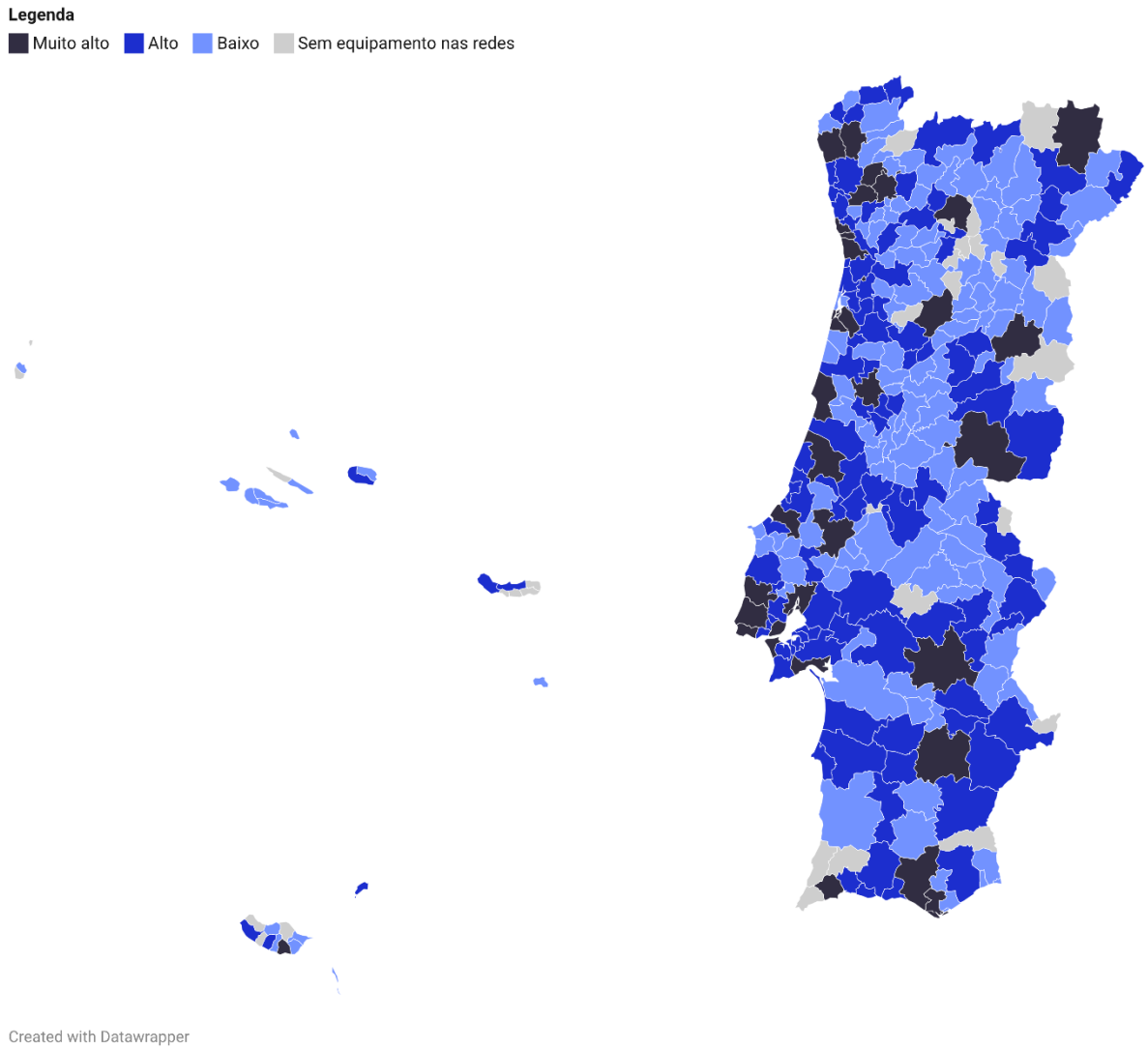
Relativamente a 2023 observa-se uma evolução globalmente positiva no número de equipamentos aderentes, com destaque para a RPAC, com mais 31 equipamentos. Assinale-se ainda os acréscimos verificados na RTCP e na RNBP – respetivamente com mais 18 e mais 17 equipamentos nos cerca de dois anos em análise.

Quanto à localização em territórios de baixa ou parcialmente baixa densidade (CIC Portugal 2030) - de seguida apenas baixa densidade - ou em Regiões Ultraperiféricas (RUP) – instrumentos de política nacional e da União Europeia (EU) que visam promover coesão territorial por via da discriminação positiva – nota-se uma amplitude significativa uma vez que varia entre 78,7% (RNBP) e 8,8% (RPA).

O Índice de Redes Culturais Nacionais do MC

De acordo com o Índice de Redes Culturais Nacionais do MC o território nacional apresenta uma cobertura assinalável, que aliás se vem alargando, considerado o conjunto das cinco redes culturais (mapa 1). São agora 30 (9,7%) os municípios sem qualquer equipamento nas redes, todos situados em territórios de baixa ou parcialmente baixa densidade/RUP, o que acentua a necessidade de atenção por parte das políticas públicas.

Mapa 1 Índice de Redes Culturais Nacionais do MC (2025)



Fonte: OPAC a partir de DGARTES, 2025; DGLAB, 2025 e MMP, EPE, 2025.

De forma muito sucinta, diga-se que, no continente, a região Norte é a que apresenta mais municípios com equipamentos aderentes às redes culturais do MC, mas não se verifica

uma grande assimetria entre esta e a região Centro. Nas Regiões Autónomas verifica-se um panorama semelhante, com a parte mais significativa dos municípios com (pelo menos) um equipamento de uma rede.

Noutra perspetiva, de uma forma geral os municípios que apresentam níveis mais elevados correspondem aos centros urbanos mais populosos, em parte coincidentes com as sedes de distrito. Contudo, apesar de se verificar alguma tendência para esses municípios se situarem no litoral, sugerindo assim replicar uma das tradicionais assimetrias do país, há situações análogas verificadas no interior/municípios de baixa densidade, o que matiza o tradicional efeito de litoralização (Ferrão, 2013). Ainda assim, é também na região Norte que se verifica uma maior diferença entre interior e litoral e é no interior desta região que mais se encontram municípios com nível baixo ou sem equipamentos integrados nas redes, 47. Pelo contrário, é no Alentejo que são mais visíveis os níveis alto e muito alto, 22.

Quadro 2 **Municípios segundo o número de redes existentes**
(número e percentagem)

Índice e número de redes	2023		2025	
	N	%	N	%
Muito alto	**29**	**9,4**	**34**	**11,0**
5 redes	6	1,9	10	3,2
4 redes	23	7,5	24	7,8
Alto	**94**	**30,5**	**110**	**35,7**
3 redes	32	10,4	38	12,3
2 redes	62	20,1	72	23,4
Baixo	**142**	**46,1**	**134**	**43,5**
1 rede	142	46,1	134	43,5
Municípios sem equipamento nas redes	**43**	**14,0**	**30**	**9,7**
Total	**308**	**100,0**	**308**	**100,0**

Fonte: OPAC a partir de DGARTES, 2025; DGLAB, 2025 e MMP, EPE, 2025.
Nota: Os dados são referenciados a 2023 (Neves *et al*, 2024,) e a 31 de dezembro de 2025.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Olhando agora segundo o número de redes – seguindo a perspetiva do Índice, patente no quadro 2 - verifica-se desde logo que apenas 9,7% dos municípios portugueses não têm em 2025 equipamentos aderentes a nenhuma rede, quando essa percentagem era 14,0% em 2023. Em consequência, os demais índices registam evoluções positivas em 2025. Quase metade (43,5%) tem no seu território um destes equipamentos em rede. Salienta-se

ainda a percentagem relativamente elevada (35,7%) de municípios com índice de nível alto, ou seja, com equipamentos aderentes a duas ou três redes. Com um nível muito alto são 11%, significando que nestes estão situados equipamentos de pelo menos quatro redes. Note-se ainda que dez municípios (3,2%) integram equipamentos das cinco redes.

As alterações quanto aos equipamentos situaram-se no período em análise em 63 municípios (quadro 3). Em concreto, subiu para 278 (ou seja, 90,3% do total) o número de municípios com pelo menos um equipamento numa das redes. Olhando agora mais em específico para os 63 municípios em que se verificou acréscimo de equipamentos aderentes segundo a região, em todas se registaram alterações, destacando-se a região Norte, com 20, o que significou o reforço da sua posição de região com mais municípios com equipamentos nas redes. Naturalmente, os acréscimos verificados tiveram impactos diferenciados de acordo com os municípios que anteriormente já integravam as redes. Por exemplo, na Grande Lisboa as alterações em sete municípios nas redes significam 77,8% do total naquela região, ao passo que no Algarve um número menor (um) significa apenas mais 8,3%.

Quadro 3 **Evolução dos municípios com equipamentos nas redes por Região**
(*número e percentagem*)

Região (NUTS II)	Total de municípios com equipamentos nas redes (2025)		Acréscimo de municípios de 2023 para 2025	
	Número	%	Número	% face a 2025
Norte	78	28,1	**20**	25,6
Centro	73	26,3	**15**	20,5
Oeste e Vale do Tejo	33	11,9	**4**	12,1
Grande Lisboa	9	3,2	**7**	77,8
Península de Setúbal	9	3,2	**1**	11,1
Alentejo	44	15,8	**8**	18,2
Algarve	12	4,3	**1**	8,3
Região Autónoma dos Açores	12	4,3	**2**	16,7
Região Autónoma da Madeira	8	2,9	**5**	62,5
Total	**278**	100,0	**63**	22,7

Fonte: OPAC a partir de DGARTES, 2025; DGLAB, 2025 e MMP, EPE, 2025.
Nota: Os dados são referenciados a 2023 (Neves *et al*, 2024,) e a 31 de dezembro de 2025.

Adotando agora a perspetiva dos equipamentos, também por região, verifica-se que o acréscimo total de 87 – em 2025 os equipamentos nestas redes totalizam já cerca de sete centenas, mais precisamente 694 - se deve a evoluções em todas as regiões (NUTS II), embora com diferença assinaláveis entre elas (quadro 4). O aumento em 24 da região Norte significa um impacto relativamente reduzido (11,9%) dado que o número dos existentes previamente era já muito elevado, ao passo que, no polo oposto, os cinco novos equipamentos nas redes na Região Autónoma da Madeira têm um significado relativo mais elevado, de 27,8%.

Quadro 4 **Evolução dos equipamentos nas redes por Região**
(número e percentagem)

Região (NUTS II)	Total de equipamentos nas redes em 2025	Acréscimo de equipamentos de 2023 para 2025	
		Número	% face a 2025
Norte	201	24	11,9
Centro	154	22	14,3
Oeste e Vale do Tejo	65	5	7,7
Grande Lisboa	100	18	18,0
Península de Setúbal	27	1	3,7
Alentejo	83	9	10,8
Algarve	30	1	3,3
Região Autónoma dos Açores	16	2	12,5
Região Autónoma da Madeira	18	5	27,8
Total	**694**	**87**	12,5

Fonte: OPAC a partir de DGARTES, 2025; DGLAB, 2025 e MMP, EPE, 2025.
Nota: Os dados são referenciados a 2023 (Neves *et al*, 2024,) e a 31 de dezembro de 2025.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Importa ainda olhar de modo mais detalhado para a evolução observada, agora do ponto de vista dos municípios e do significado neles verificado quanto ao Índice, tendo ainda presente o contributo de cada uma das redes (quadro 5). Destaque-se, a este propósito, o contributo da RPAC (com 31) e da RTCP (com 18), ou seja, reforços conjugados das redes criadas mais recentemente.

Quadro 5 **Acréscimos dos equipamentos nas redes e impactos no Índice de Redes Culturais Nacionais do MC, por município** *(número)*

Localização		Nível em que se situa no Índice, por ano		Rede, e número de equipamentos, a que se fica a dever a alteração no nível no Índice em 2025				
Município	**Região (NUTS II)**	**2023**	**2025**	**RNBP**	**RPM**	**RPA**	**RTCP**	**RPAC**
Abrantes	Oeste e Vale do Tejo	*Baixo*	*Alto*					1
Alcobaça	Oeste e Vale do Tejo	*Baixo*	*Alto*				1	1
Alfândega da Fé	Norte	*Baixo*	*Alto*					1
Almada	Península de Setúbal	*Alto*	*Muito alto*					1
Alter do Chão	Alentejo	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Amadora	Grande Lisboa	*Baixo*	*Alto*			1		
Angra do Heroísmo	Açores	*Baixo*	*Alto*					1
Arouca	Norte	*Baixo*	*Alto*			1		
Arronches	Alentejo	*Baixo*	*Alto*	1				
Aveiro	Centro	*Muito alto*	*Muito alto*			1		6
Azambuja	Oeste e Vale do Tejo	*Baixo*	*Alto*		1			
Baião	Norte	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Braga	Norte	*Muito alto*	*Muito alto*					1
Cascais	Grande Lisboa	*Muito alto*	*Muito alto*					1
Castelo Branco	Centro	*Muito alto*	*Muito alto*				1	
Castelo de Vide	Alentejo	*Baixo*	*Alto*				1	
Chaves	Norte	*Alto*	*Alto*				1	
Coimbra	Centro	*Muito alto*	*Muito alto*					1
Covilhã	Centro	*Alto*	*Alto*				1	
Esposende	Norte	*Alto*	*Alto*			1		
Évora	Alentejo	*Muito alto*	*Muito alto*			1		
Figueira da Foz	Centro	*Alto*	*Muito alto*		1			
Funchal	Madeira	*Muito alto*	*Muito alto*		1			
Fundão	Centro	*Alto*	*Alto*					2
Guimarães	Norte	*Muito alto*	*Muito alto*			1		
Lagos	Algarve	*Alto*	*Muito alto*		1			
Leiria	Centro	*Muito alto*	*Muito alto*			1		
Lisboa	Grande Lisboa	*Muito alto*	*Muito alto*		3	2		7
Lousã	Centro	*Baixo*	*Alto*				1	
Mação	Oeste e Vale do Tejo	*Alto*	*Alto*				1	
Macedo de Cavaleiros	Norte	*Alto*	*Alto*				1	
Mafra	Grande Lisboa	*Alto*	*Muito alto*	1				
Maia	Norte	*Alto*	*Alto*					1
Marinha Grande	Centro	*Baixo*	*Alto*				1	
Mealhada	Centro	*Baixo*	*Alto*				1	
Melgaço	Norte	*Baixo*	*Alto*			1		
Mesão Frio	Norte	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Mondim de Basto	Norte	*Baixo*	*Alto*				1	

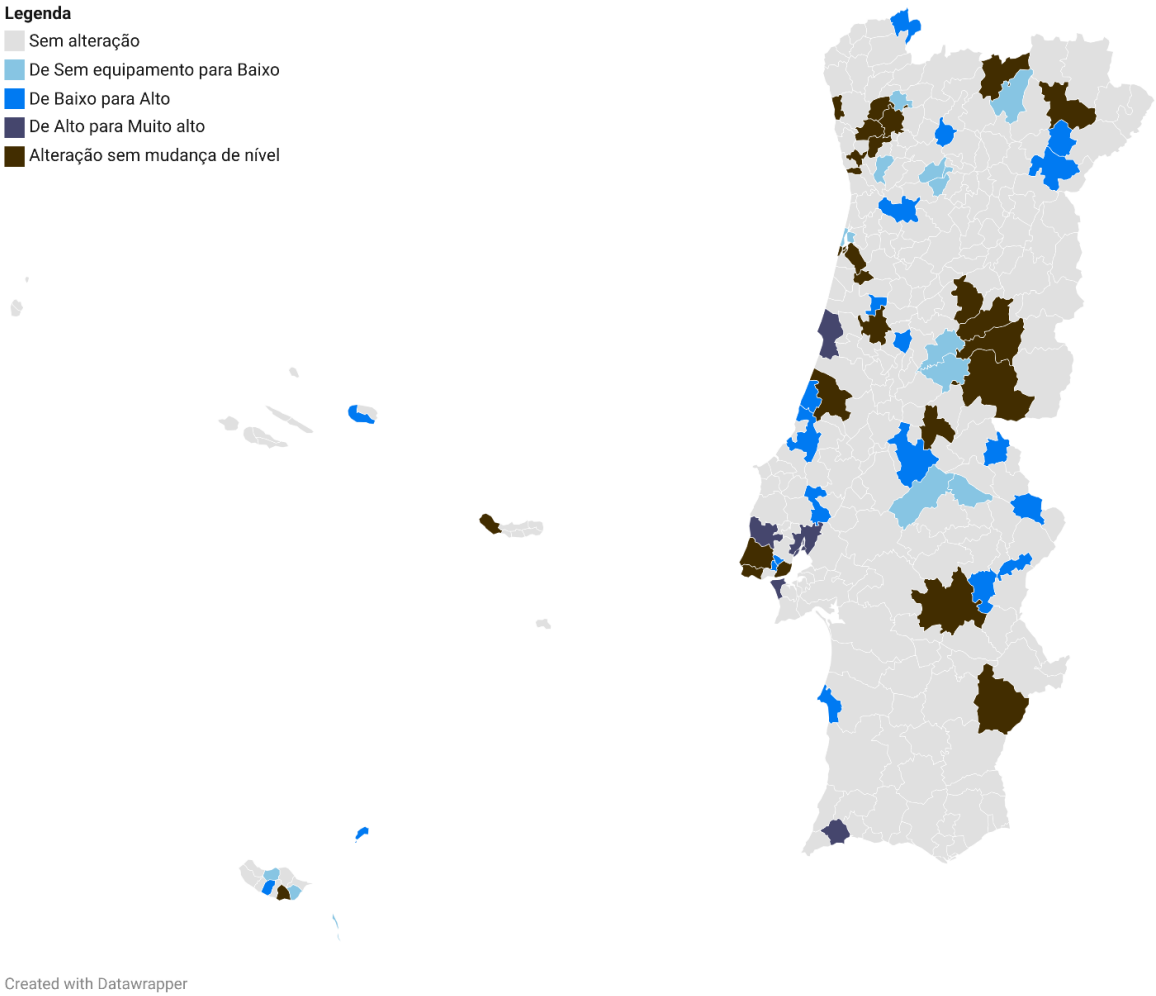
Localização		Nível em que se situa no Índice, por ano		Rede, e número de equipamentos, a que se fica a dever a alteração no nível no Índice em 2025				
Município	**Região (NUTS II)**	**2023**	**2025**	**RNBP**	**RPM**	**RPA**	**RTCP**	**RPAC**
Murtosa	Centro	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Odivelas	Grande Lisboa	*Baixo*	*Alto*				1	
Oleiros	Centro	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Oliveira do Bairro	Centro	*Alto*	*Alto*		1			
Pampilhosa da Serra	Centro	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Paredes	Norte	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Ponta Delgada	Açores	*Alto*	*Alto*				1	
Ponte de Sôr	Alentejo	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Porto	Norte	*Muito alto*	*Muito alto*				2	2
Porto Santo	Madeira	*Baixo*	*Alto*	1				
Póvoa de Lanhoso	Norte	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Redondo	Alentejo	*Baixo*	*Alto*				1	
Resende	Norte	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Ribeira Brava	Madeira	*Baixo*	*Alto*	1				
Santa Cruz	Madeira	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Santo Tirso	Norte	*Alto*	*Alto*					2
São Vicente	Madeira	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Seia	Centro	*Alto*	*Alto*		1			
Serpa	Alentejo	*Alto*	*Alto*					1
Sines	Alentejo	*Baixo*	*Alto*					1
Sintra	Grande Lisboa	*Muito alto*	*Muito alto*		1			
Torre de Moncorvo	Norte	*Baixo*	*Alto*				1	
Valpaços	Norte	*Sem equipamento nas redes*	*Baixo*	1				
Vila Franca de Xira	Grande Lisboa	*Alto*	*Muito alto*				1	
Vila Nova de Famalicão	Norte	*Muito alto*	*Muito alto*			1		
Vila Viçosa	Alentejo	*Baixo*	*Alto*					1
			Totais	**17**	**10**	**11**	**18**	**31**

Fonte: OPAC a partir de DGARTES, 2025; DGLAB, 2025 e MMP, EPE, 2025.

O Mapa 2 evidencia as alterações verificadas nos municípios, do ponto de vista da localização no território.

São 13 os que passaram a integrar o nível Baixo (o que se deve a novas bibliotecas da RNBP). Para além disso, outros 21 municípios passaram a integrar o índice Alto e cinco o índice Muito Alto. Estão nesta última situação Figueira da Foz (região Centro), Mafra e Vila Franca de Xira (ambos na Grande Lisboa), Almada (na Península de Setúbal) e Lagos (no Algarve). Existem ainda 11 outros municípios que aumentaram o número de equipamentos numa mesma rede.

Mapa 2 Índice de Redes Culturais Nacionais do MC: alterações de nível em 2025



Fonte: OPAC.
Nota: Os dados são referenciados a 2023 (Neves *et al.*, 2024, p. 179-180) e a 31 de dezembro de 2025.

As Redes Culturais Nacionais

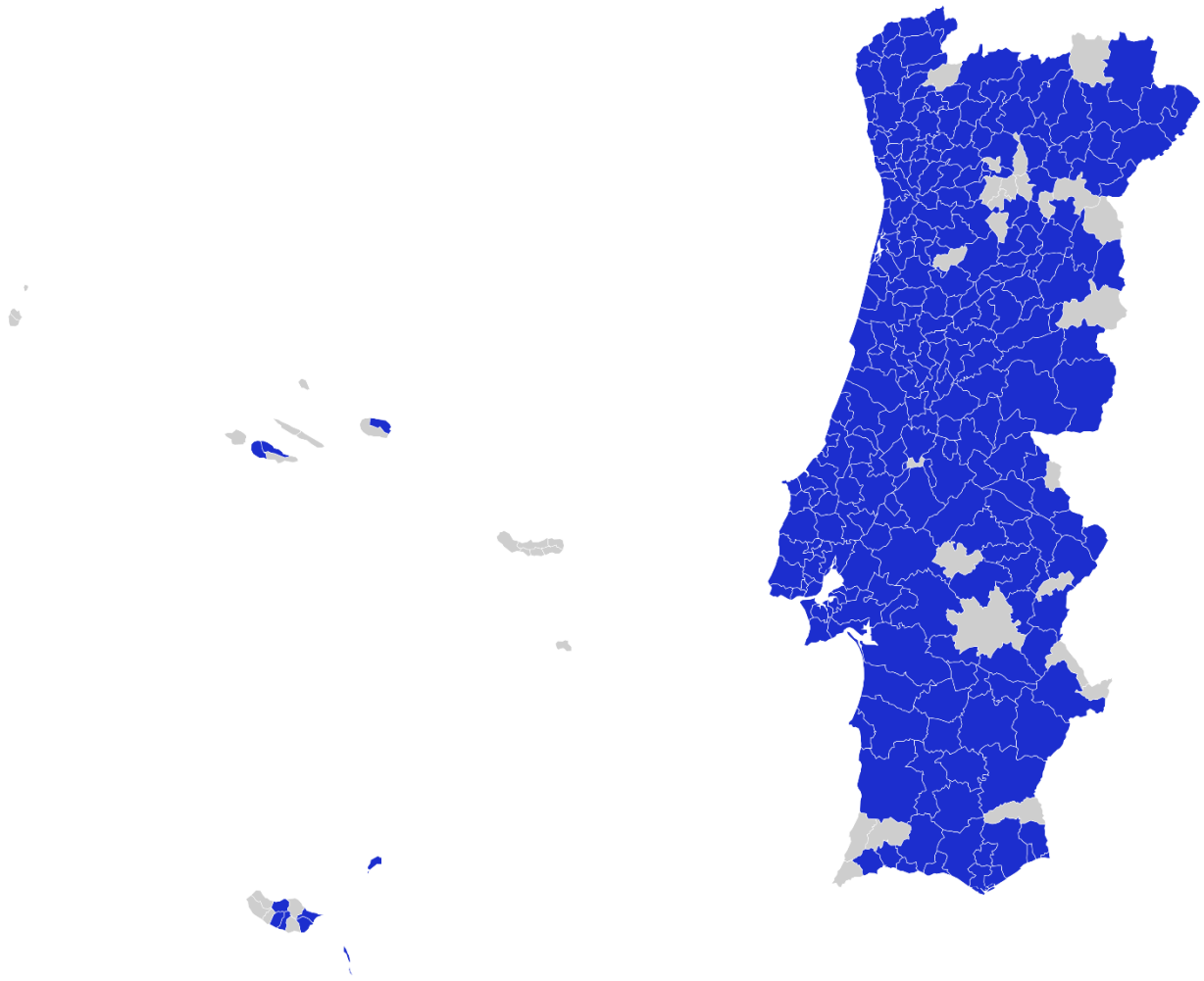
Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) foi formalizada em 1987, enquanto base para a política nacional de leitura pública (Decreto-Lei n.º 111/87, de 11 de março), no seguimento da constituição, em 1986, de um grupo para a definição das bases da mesma (Despacho 23/86, de 11-03-1986). O programa é gerido pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

Em 31 de dezembro de 2025 integram a RNBP 262 bibliotecas[4] disseminadas homogeneamente por todo o território nacional, o que significa que um pouco mais de oito em cada dez municípios dispõe de uma biblioteca pública integrada na RNBP (85,1% do total dos 308 municípios). Tal como referido, constata-se uma forte implantação por todo o território, sobretudo no continente; a relativa rarefação de bibliotecas na rede faz-se notar mais nos municípios do interior Norte, na Comunidade Intermunicipal (CIM) do Douro, no Alentejo na CIM Alentejo Central, e no Algarve, assim como nas Regiões Autónomas (mapa 3).

[4] Relembra-se que a unidade é aqui a biblioteca central por município, independentemente do número de bibliotecas anexas ou itinerantes. Registe-se a estratégia de Redes Intermunicipais de Bibliotecas desenvolvida desde 2017 pela DGLAB.

Mapa 3 Rede Nacional de Bibliotecas Públicas



Created with Datawrapper

Fonte: OPAC a partir de DGLAB, Ficheiro Bibliotecas RNBP, 31 de dezembro de 2025.
N = 262 bibliotecas em 262 municípios.

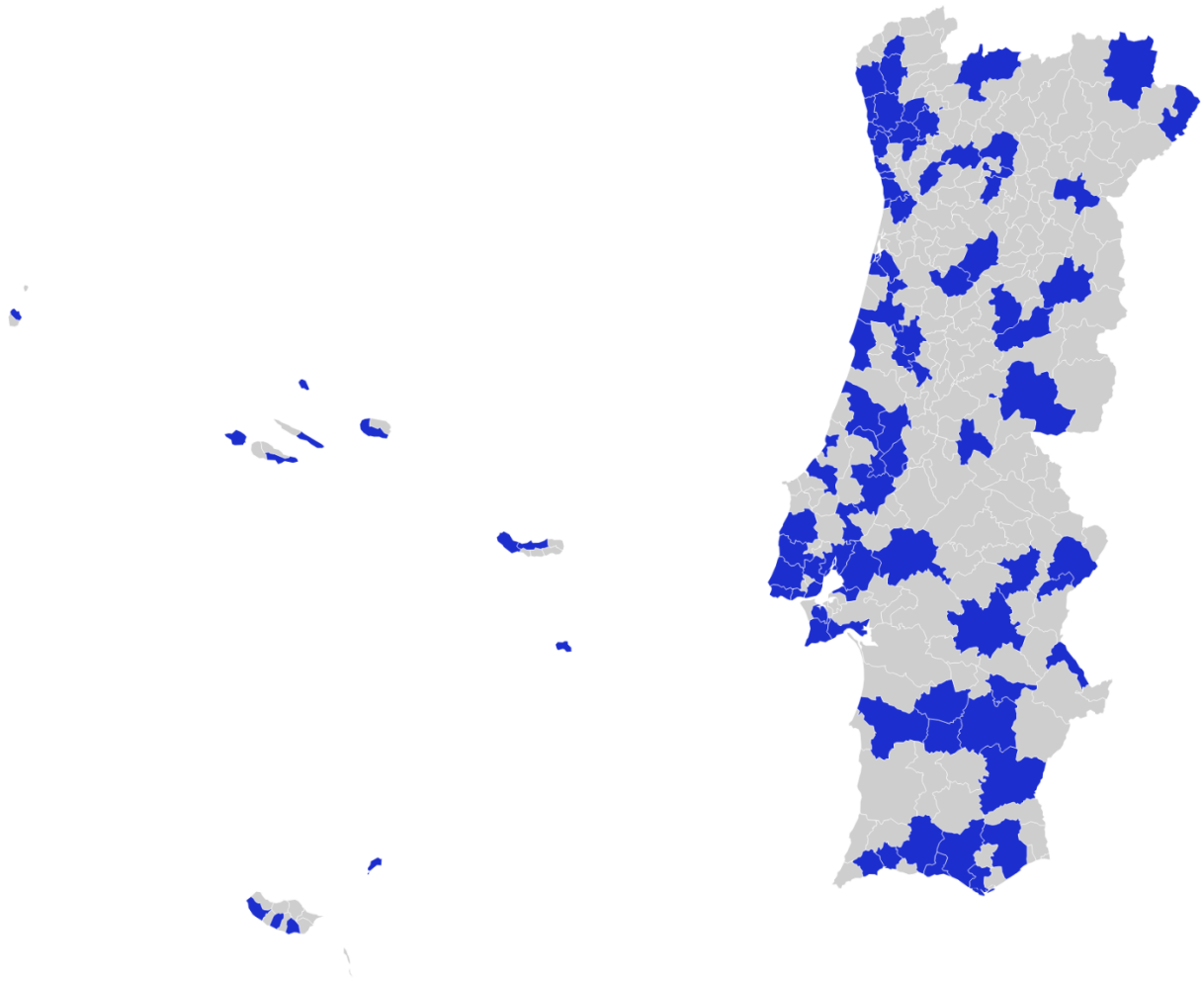
OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Rede Portuguesa de Museus

A Rede Portuguesa de Museus (RPM) foi criada no ano de 2000 enquanto Estrutura de Projeto no quadro do então designado Instituto Português de Museus (Despacho conjunto n.º 616/2000, de 5 de junho). Em 2007 foi extinta a Estrutura de Missão (entretanto criada em 2005 para substituir a Estrutura de Projeto inicial) e deu-se a passagem das suas competências para a unidade orgânica responsável pela área dos museus do então Instituto dos Museus e da Conservação (Neves, Santos & Ferreira, 2023). Desde 2023, a RPM está na dependência da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro).

A 31 de dezembro de 2025 estão credenciados 175 museus, localizados em todas as regiões do país (mapa 4), de várias tutelas, públicas e privadas e tipos de coleções. Por região, verifica-se uma maior concentração no Norte (30,3%) e na Grande Lisboa (26,9%). Ambas em conjunto representam 57,1% do total. É na região da Península de Setúbal que se regista o valor mais baixo (3%). São 96 os municípios com pelo menos um museu na RPM (31,2% do total de municípios). Os municípios onde se encontra o maior número de museus integrados na RPM são Lisboa (com 28), Porto (15), Sintra (10), Braga e Funchal (ambos com cinco).

Mapa 4 Rede Portuguesa de Museus



Fonte: OPAC a partir de MMP, EPE, Ficheiro museus RPM, 31 de dezembro de 2025.
N = 175 museus em 96 municípios.

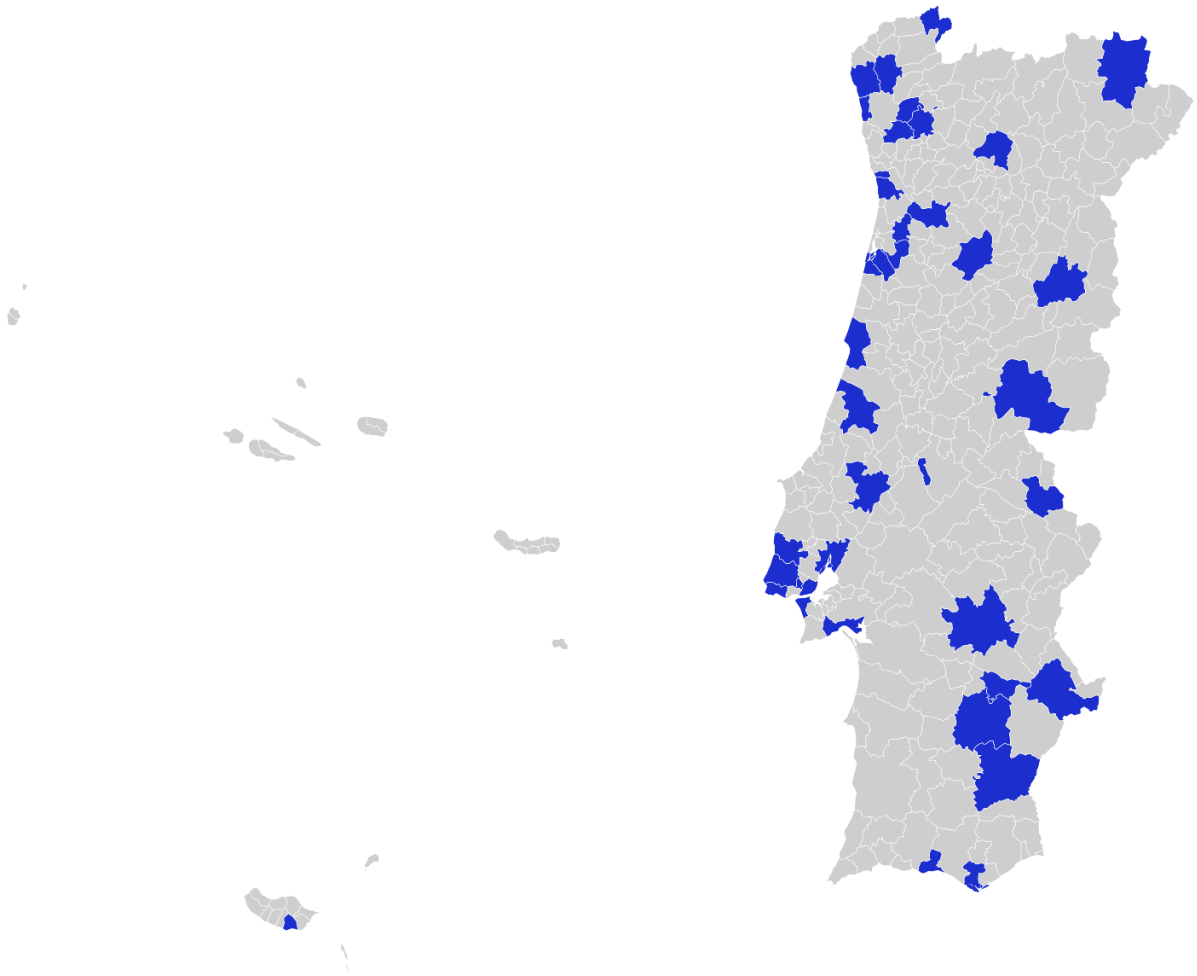
Rede Portuguesa de Arquivos

A Rede Portuguesa de Arquivos (RPA) estabeleceu o seu modelo conceptual em 2008 e é gerida pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) (Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio). Em 31 de dezembro de 2025 é composta por 57 entidades aderentes, públicas e privadas, que produzem, guardam, conservam e disponibilizam ao público documentos de arquivo.

Segundo a região verifica-se que se encontram integrados na RPA arquivos localizados em oito das nove regiões (NUTS II) do país, destacando-se a maior proporção na Grande Lisboa (29,8%) seguida do Norte (26,3%). Estas duas regiões representam em conjunto mais de metade dos arquivos da RPA (56,1%). A Região Autónoma da Madeira é a região com menor peso (2,0%), enquanto a Região Autónoma dos Açores é a única sem arquivo na RPA.

Na distribuição por município verifica-se que são poucos aqueles com pelo menos um arquivo (13,0% do total de 308 municípios). Ainda assim, dos que dispõem destacam-se os municípios capitais de distrito, o que corresponde ao âmbito distrital que predomina na RPA. É em Lisboa que se concentra o maior número de arquivos (12), seguindo-se o Porto e Évora (ambos com três) e Aveiro e Leiria (ambos com dois). Os restantes 35 municípios têm um arquivo (mapa 5).

Mapa 5 Rede Portuguesa de Arquivos



Fonte: OPAC, a partir de DGLAB, 31 de dezembro de 2025.
N= 57 arquivos em 40 municípios.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses

A Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) foi criada pela Lei n.º 81/2019, de 2 de setembro. Em 2021, com a Portaria n.º 106/2021, de 25 de maio, são estabelecidos os requisitos para a credenciação dos teatros, cineteatros e outros equipamentos culturais na rede. A RTCP é gerida pela Direção Geral das Artes (DGARTES).

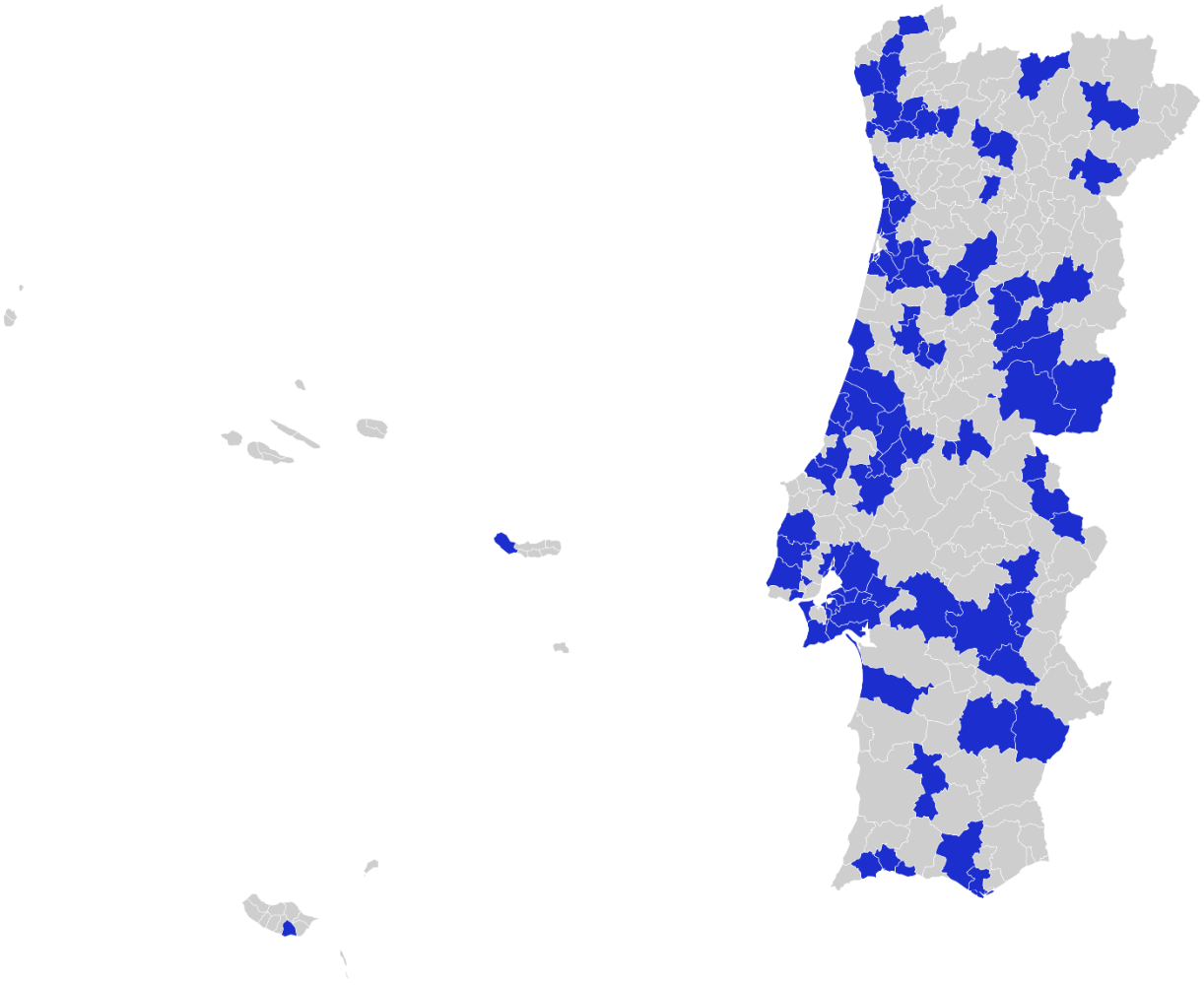
É importante referir que a RTCP não se aplica apenas a teatros e a cineteatros, mas também a outros equipamentos:

> 1 - A presente lei aplica-se aos teatros e cineteatros que correspondam a instituições de caráter permanente, com ou sem personalidade jurídica e dotadas de uma estrutura organizacional, que:
>
> a) Possuam condições para a realização regular de espetáculos de natureza artística, bem como para a exibição cinematográfica regular, sem prejuízo da realização de outras atividades culturais;
>
> b) Garantam uma programação que fomente a democratização do acesso à cultura, a cooperação institucional entre os diferentes níveis de administração, participem na correção de assimetrias e, ainda, contribuam para a coesão territorial e o desenvolvimento das populações.
>
> 2 - A presente lei aplica-se ainda aos recintos licenciados no âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, que possuam condições para a apresentação de espetáculos de natureza artística ou exibição cinematográfica, mesmo que não vocacionados para os mesmos, nomeadamente auditórios de bibliotecas e casas de cultura.
>
> Lei n.º 81/2019, de 2 de setembro, artigo 2.º

Em 31 de dezembro de 2025 a RTCP é constituída por um total de 103 recintos credenciados, presentes em 93 municípios, o que significa que 30,2% do território tem recintos integrados nesta rede (mapa 6). No que toca à sua distribuição por município, constata-se uma já relativa disseminação pelo território, incluindo as duas regiões autónomas. Ainda assim, a maior concentração situa-se em municípios das regiões Centro (30,1%) e Norte (24,3%). Na primeira é mais notória nos municípios localizados nas CIM de Aveiro e Coimbra, e na segunda na Área Metropolitana do Porto, Alto Minho e Ave.

Tal como referido, dos 93 municípios com recintos, em 86 existe apenas um recinto, enquanto em cinco - todos capitais de distrito (Braga, Leiria, Évora, Faro e Ponta Delgada) - existem dois recintos, num (Porto) três e em outro (Coimbra) quatro.

Mapa 6 **Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses**



Created with Datawrapper

Fonte: OPAC a partir de DGARTES, 31 de dezembro de 2025.
N= 103 recintos em 93 municípios.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

Por fim, relativamente à Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC), a mais recente, é um instrumento de política cultural pública para a arte contemporânea. Foi formalmente criada em 2021 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2021, de 11 de maio. A sua implementação compete, tal como com a RTCP, à Direção Geral das Artes (DGARTES), mas neste caso em articulação com a curadora da Coleção de Arte Contemporânea do Estado (CACE), e com representantes das instituições de arte contemporânea nacionais, designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura. Esta equipa é responsável pela implementação da estratégia da RPAC, incluindo os necessários procedimentos de adesão à mesma, definidos pelo Despacho n.º 8789/2022, de 19 de julho.

Como mencionado na referida Resolução, a RPAC é constituída por equipamentos de diferentes tipos e domínios desde que cumpram um conjunto de requisitos:

a) Tenham na sua missão a promoção de atividades de valorização e dinamização da arte contemporânea;

b) Assegurem um acesso público regular;

c) Promovam atividades de mediação cultural ou serviço educativo;

d) Promovam uma programação cultural própria;

e) Disponham de um orçamento de funcionamento;

f) Disponham de condições técnicas necessárias para a produção de exposições e salvaguarda do património, próprio ou em depósito.

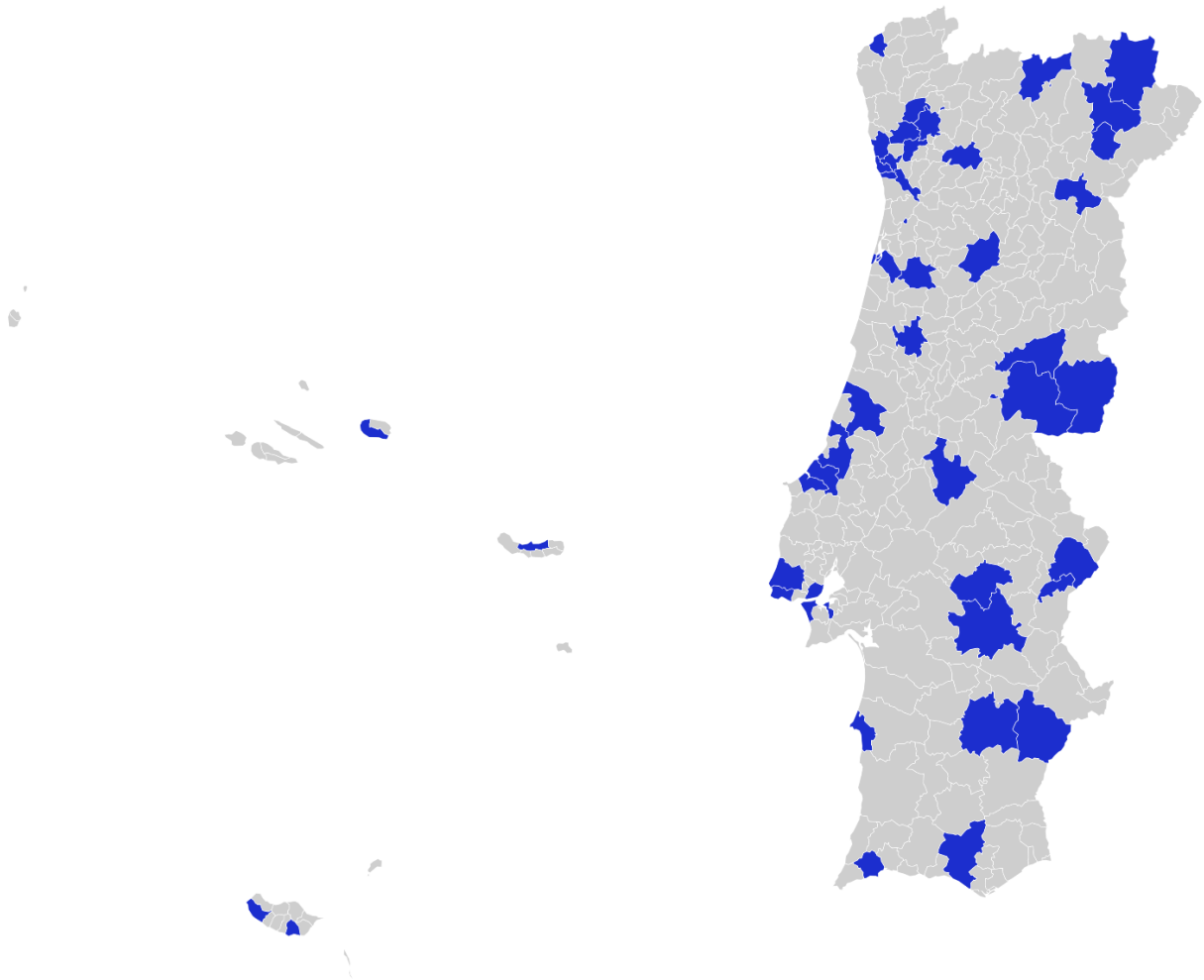
Resolução do Conselho de Ministros, n.º 50/2021, de 11 de maio, n.º 1.

Em 31 de dezembro de 2025 a RPAC é constituída por 97 equipamentos/espaços situados em 47 municípios (o que corresponde já a 15,3% do total dos 308 municípios), verificando-se a existência destes equipamentos em municípios de todas as regiões do país (mapa 7).

Com maior incidência constata-se a existência de equipamentos integrados na RPAC em municípios da região Norte (33,0%), com destaque para os situados na Área Metropolitana do Porto. Segue-se a Grande Lisboa (22,7%), onde os equipamentos integrados na RPAC se localizam, sobretudo, no município de Lisboa e na região

Centro (20,6%), com destaque para os municípios das CIM das Regiões de Coimbra e Aveiro. As regiões onde se verifica uma menor presença de municípios com equipamentos integrados nesta rede são as insulares da Madeira e dos Açores (2,1% em ambas). Dos 47 municípios referidos, em 31 desses existe apenas um equipamento, em 11 existem dois recintos, Braga com três, Aveiro e Coimbra possuem seis e sete respetivamente, o Porto com nove, destacando-se o município de Lisboa com 19 equipamentos integrados na RPAC.

Mapa 7 Rede Portuguesa de Arte Contemporânea



Created with Datawrapper

Fonte: OPAC a partir de DGARTES, 31 de dezembro de 2025.
N= 97 equipamentos em 47 municípios.

OPAC Observatório Português das Atividades Culturais

Notas Finais

O Índice de Redes Culturais Nacionais do Ministério da Cultura foi construído no âmbito do *Atlas Artístico e Cultural de Portugal* (Neves *et al*, 2024) para evidenciar a distribuição conjunta no território das cinco redes existentes. Esta perspetiva – olhar as redes no seu conjunto - foi adotada pelo Plano Nacional das Artes na medida "red.M – Rede Mediação e Programação" no plano estratégico para 2024-2029 que inclui ainda outros programas e planos nacionais resultantes da articulação entre educação e cultura (Vale & Brighenti, 2024, p. 23).

No seguimento do anunciado aquando da apresentação pública do *Atlas* em setembro de 2024, fez-se aqui uma atualização que compara a situação em 2023 com a observada em 2024, mais precisamente a 31 de dezembro. É assim possível concluir que, apesar do curto período de cerca de dois anos, se registaram diversas alterações de sentido positivo quanto à quantidade e disseminação pelo território – lente analítica aqui adotada - todas resultantes de novas adesões, para as quais concorreram todas as redes, ainda que com destaque para a RNBP e para a RTCP.

Importa notar que com o Índice se avança numa abordagem conjunta, quantitativa, diacrónica, das cinco redes, o que marca uma novidade no conhecimento da infraestruturação cultural do território. Naturalmente, há outras vertentes analíticas que são igualmente relevantes. As redes são sistemas dinâmicos, sujeitos a alterações, por incorporação de novos equipamentos (novas adesões ou credenciações, ou seja, que face à manifestação voluntária de interesse em aderir, se verifica cumprirem os critérios estabelecidos para tal) como de exclusões (os equipamentos que manifestam a vontade de sair ou deixaram de cumprir os critérios de adesão e pertença).

A atualização do índice constitui por isso uma das dimensões indispensáveis de acompanhamento e monitorização desta importante medida de política cultural pública resultante da articulação entre os níveis administrativos central e local, de base municipal. Política multinível, importa reforçar, o que significa que se qualquer dos níveis não cumprir com a sua parte o programa fica comprometido. Naturalmente, para além da aqui tratada, outras dimensões analíticas são relevantes, mas estão fora

do âmbito dos objetivos deste estudo. Vale a pena, ainda assim, uma chamada de atenção. Uma é a avaliação das adesões/credenciação e exclusões, que compete à coordenação de cada rede. E uma outra a da avaliação do impacto desta medida de política pública nos vários planos para que apontam os objetivos que presidiram ao seu desenho – reconhecendo-se que ao crescimento em quantidade há sempre que acrescentar a vertente qualitativa - e as respetivas missões, e em que avulta a das qualificações: técnica, dos serviços, da programação, da formação dos recursos humanos, da relação e da mediação com os públicos – como visitantes, espetadores, utilizadores -, com as comunidades e com os participantes das atividades. Embora centrado na atualização de base territorial espera-se, com o Índice e sua atualização regular, contribuir para a produção de novos dados que informem estas e outras dimensões de análise que a medida suscita.

Legislação citada

Lei n.º 81/2019, de 2 de setembro <Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) e o programa de apoio à programação dos teatros e cineteatros que a integram, bem como o regime de credenciação dos mesmos>.

Decreto-Lei n.º 111/87, de 11 de março <Institui um programa de cooperação técnica e financeira entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Português do Livro e da Leitura, e os municípios, para execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública no quadro da rede de bibliotecas municipais>.

Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio <Aprova a orgânica da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas>.

Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro <Procede à criação da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.>.

Portaria n.º 106/2021, de 25 de maio <Estabelece os requisitos para a credenciação dos teatros, cineteatros e outros equipamentos culturais na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e aprova o respetivo formulário para instrução do pedido de credenciação>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2021, de 11 de maio, <Cria a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea e o Curador da Coleção de Arte Contemporânea do Estado>.

Despacho conjunto n.º 616/2000, de 5 de junho <Estabelece a estrutura de projeto da Rede Portuguesa de Museus>.

Despacho n.º 8789/2022, de 19 de julho <Estabelece os procedimentos de adesão à Rede Portuguesa de Arte Contemporânea>.

Despacho 23/86, de 11-03-1986 <Constitui o grupo de trabalho para a definição de uma política nacional de leitura>

Deliberação nº 31/2023/PL da CIC Portugal 2030, de 22 de setembro < Classificação de Municípios e Freguesias de baixa densidade para efeitos de aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios, no âmbito dos fundos europeus>.

Regulamento Delegado (UE) 2023/674 da Comissão, de 26 de dezembro de 2022 <Altera a Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)>

Referências

Equipa Multidisciplinar de Avaliação de Políticas e de Impacto Legislativo (EMAPIL) – Planapp. (2024). *Avaliação de políticas publicas. Por onde começar? A análise de avaliabilidade como instrumento base do processo de avaliação*. PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública.

Ferrão, J. (2013). Território. In J. L. Cardoso, P. Magalhães, & J. M., *Portugal Social de A a Z - Temas em aberto* (pp. 244-257). Impresa Publishing, Expresso.

Neves, J. S. (2025). Cultura - Redes Culturais Nacionais: uma cobertura alargada do território: Políticas públicas culturais: grandes avanços e assimetrias persistentes. Em P. A. Silva (Ed.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2025: A decentralização e a desconcentração das políticas públicas*. IPPS-Iscte. https://www.ipps.iscte-iul.pt/pt/publicacoes/estado-da-nacao-politicas-publicas/enpp-25

Neves, J. S., Santos, J. & Ferreira, L. (2023). *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2022*. Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.

Neves, J. S. (coord.), Macedo, S. C., Santos, J. & Lima, M. J. (2024). *Atlas Artístico e Cultural de Portugal.* Direção-Geral das Artes. http://hdl.handle.net/10071/32383.

Neves, J. S., (Ed.), Macedo, S. C., Santos, J., & Lima, M. J. (2026). *Atlas Artístico e Cultural de Lisboa e Vale do Tejo*. OPAC.

Santos, J., Fradique, N., & Pacheco, C. (2023). *Diagnóstico de monitorização dos museus da RPM. Relatório preliminar*. Direção-Geral do Património Cultural.

Vale, P. P., & Brighenti, S. B. (2024). *Plano Nacional das Artes. Uma Estratégia. Um Manifesto 2024-2029*. Plano Nacional das Artes.

Sites das Redes Culturais do MC

RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Bibliotecas/Paginas/default.aspx>

RNBP - Redes Intermunicipais de Bibliotecas
<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/Bibliotecas/BibliotecasnaWeb/Paginas/default.aspx>

RPA – Rede Portuguesa de Arquivos <https://arquivos.pt/>

RPAC – Rede Portuguesa de Arte Contemporânea <https://rpac.pt/sobre/>

RPM – Rede Portuguesa de Museus <https://redeportuguesademuseus.gov.pt/>

RTCP - Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses <https://www.rtcp.pt/pt/>

Anexos

I. Legislação relativa às redes nacionais

Apresenta-se a legislação portuguesa essencial na configuração e funcionamento das redes culturais nacionais, incluindo, quando aplicável a legislação de bases.

A legislação no âmbito das redes culturais reflete os diferentes momentos e fases de desenvolvimento e evolução destas redes, a que correspondem dinâmicas temporais distintas; reflete também as diferentes orgânicas onde se enquadram estas redes.

Identifica-se, de um modo intensivo, por rede, a legislação portuguesa de referência, quer a que enquadrou em épocas diferenciadas o funcionamento da rede, quer a que está em vigor, à data de dezembro de 2024.

Procura-se também atualizar a legislação sobre redes culturais nacionais, sendo que poderá ser consultada informação adicional junto das entidades que tutelam as diversas redes: RNBP e RPA (Direção Geral do Livro e da Biblioteca); RPM (Museus e Monumentos de Portugal, EPE); RTCP e RPAC (Direção Geral das Artes).

Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)

Decreto-Lei n.º 111/87, de 11 de março <Institui um programa de cooperação técnica e financeira entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Português do Livro e da Leitura, e os municípios, para execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública no quadro da rede de bibliotecas municipais>.

Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de dezembro, <Estabelece o regime de celebração de contratos-programa de natureza sectorial ou plurissectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e um ou mais municípios, associações de municípios ou empresas concessionárias destes>.

Decreto Legislativo Regional 16/99/A, de 29 de abril <Institui o Sistema Regional de Leitura Pública [Região Autónoma dos Açores]>.

Decreto Regulamentar Regional nº 19/2000/A, de 4 de setembro <Estabelece as regras para a implementação e o funcionamento do Sistema Regional de Leitura Pública dos Açores>.

Decreto Legislativo Regional 15/2002/M, de 13 de agosto <Cria a Rede Regional de Bibliotecas Públicas na Região Autónoma da Madeira>.

Decreto Regulamentar Regional 10/2003/M, de 13 de março <Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2002/M, de 13 de Agosto, que cria a Rede Regional de Bibliotecas Públicas na Região Autónoma da Madeira>.

Despacho 23/86, de 11-03-1986 <Constitui o grupo de trabalho para a definição de uma política nacional de leitura>.

Rede Portuguesa de Museus (RPM)

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto <Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses>.

Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro <Procede à criação da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.>.

Resolução do Conselho de Ministros nº 117/2005, de 30 de junho <Cria a Estrutura de Missão "Rede Portuguesa de Museus">.

Despacho Normativo n.º 28/2001, de 7 de junho <Aprova o Regulamento de Apoio à Qualificação de Museus>.

Despacho Normativo nº 3/2006, de 25 de janeiro <Aprova o formulário de candidatura à credenciação de museus>.

Despacho Normativo n.º 3/2006, de 13 de julho <Criado o Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus, ProMuseus, e é aprovado o Regulamento do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus>.

Despacho Normativo n.º 9/2019, de 01 de abril <Aprova o Regulamento do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus – ProMuseus>.

Despacho Normativo n.º 4-A/2023, de 7 de março <Aprova a alteração ao Regulamento do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus — ProMuseus>.

Despacho Normativo n.º 4/2025, de 8 de abril <Aprova a alteração ao Regulamento do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus — ProMuseu>.

Despacho Conjunto n.º 616/2000, de 5 de junho <Estabelece a estrutura de projeto da Rede Portuguesa de Museus>

Despacho n.º 14658/2022, de 26 de dezembro <Constituição do grupo de trabalho sobre a Rede Portuguesa de Museus>.

Rede Portuguesa de Arquivos

Lei n.º 14/94, de 11 de maio <Altera, por ratificação, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro>.

Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro <Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico>.

Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio <Estabelece a orgânica da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas>

Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)

Lei nº 81/2019, de 02 de setembro <Cria a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) e o programa de apoio à programação dos teatros e cineteatros que a integram, bem como o regime de credenciação dos mesmos>.

Decreto-Lei nº 45/2021, de 07 de junho <Cria e regula o apoio à programação dos teatros e cineteatros que integram a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses>

Portaria n.º 106/2021, de 25 de maio <Estabelece os requisitos para a credenciação dos teatros, cineteatros e outros equipamentos culturais na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e aprova o respetivo formulário para instrução do pedido de credenciação>.

Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (RPAC)

Decreto-Lei n.º 103/2017, de 24 de agosto < Estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado às artes visuais e performativas>

Decreto-Lei n.º 81/2023, de 15 de setembro <Cria o apoio no âmbito da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2021, de 11 de maio <Cria a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea e o Curador da Coleção de Arte Contemporânea do Estado>.

Portaria n.º 299/2023, de 4 de outubro <Aprova o Regulamento do Programa de Apoio no âmbito da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea>

Despacho n.º 11107/2021, de 12 de novembro <Nomeia os membros da equipa da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea>

Despacho n.º 8789/2022, de 19 de julho <Estabelece os procedimentos de adesão à Rede Portuguesa de Arte Contemporânea>.

II. Bibliografia e outras fontes sobre redes nacionais

A bibliografia recolhida e aqui disponibilizada para as cinco redes culturais nacionais reflete a preparação da criação das redes culturais, com trabalhos iniciais e estudos antecedentes, incluindo sobre programas, documentos estratégicos que estiveram na sua base (como fundamentos para o desenvolvimento e gestão) e também reflexões conceptuais realizadas nas fases iniciais.

Inclui-se ainda bibliografia referente a fases de implementação com textos de reflexão e também dados de apoio sob forma de estatísticas regulares ou relatórios institucionais. Esta bibliografia reflete dinâmicas de oferta e procura, bem como os agentes envolvidos na implementação, dinamização e avaliação das redes, quando existentes.

Evidencia-se que a literatura disponível é mais desenvolvida para alguns casos do que para outros, reflexo da duração e evolução de cada rede e das diligências efetuadas em vários contextos - político, administrativo, profissional e académico.

Elenca-se, de um modo intensivo por rede, a bibliografia publicada em Portugal (incluindo as publicações digitais *online*, abarcando trabalhos académicos como dissertações de mestrado e teses de doutoramento, artigos científicos e de divulgação ou textos reguladores) procurando contribuir para um Estado da Arte que possa ser mobilizado para a reflexão sobre o papel das redes de infraestruturas culturais nas políticas culturais em Portugal.

Inclui-se ainda bibliografia geral sobre redes nacionais, mas também sobre redes de outros âmbitos, não específica sobre uma das cinco redes nacionais do MC.

A bibliografia apresentada reporta-se ao período temporal em análise e procura-se a sua atualização, em consonância com a realizada para o Índice de Redes Culturais Nacionais do MC.

Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)

Abelha, M. A. P. (2013). *Animação e promoção da leitura: em busca de formas de cont´arte* [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. Repositório da Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/3185.

Alvim, L. (2016). *A missão social da Biblioteca Pública: Uma visão das bibliotecas públicas portuguesas a partir do Facebook* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/18337.

Amândio, M. J. C. (2011). *Redes de Informação e Conhecimento: Cooperação e Interacção baseada no Portal da Rede Integrada de Bibliotecas de Oeiras* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9899/1/ulfl132049_tm.pdf.

Arruda, M. I. (2014). *Desafios da Biblioteca Pública na Era da Informação: estudo comparativo realizado no Porto, Portugal e em Belém, Brasil* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto. http://hdl.handle.net/10216/70717.

Associação Portuguesa de Bibliotecários. (2015). Manifesto Sobre as Bibliotecas Públicas Municipais em Portugal: Somos Bibliotecas. *Somos Bibliotecas*. https://bad.pt/somosbibliotecas/manifesto/.

Azaruja, J.C., Nunes, M. B. & Borges, M.M. (2023). O Perfil académico e profissional dos responsáveis pelas Bibliotecas Públicas e Municipais em Portugal. *14º Congresso Nacional BAD*. https://doi.org/10.48798/congressobad.2891

Borbinha, J. (2004). Redes de Colaboração: alguns elementos para análise e reflexão. *Cadernos BAD*, 1, 73-83. https://doi.org/10.48798/cadernosbad.839.

Branco, A., Cabral, L., Cruz, H. B., Fernandes, J. T., Flores, A. M., Guerreiro, A. D., Mesquita, M., Nunes, H. B., Palma, A. M., Patrício, M. C., Portilheiro, J., Revez, I., Silva, M., Sottomayor, J., Sousa, J. M., Trindade, F., Portugal, R., & Lobo, M. (1983). A leitura pública em Portugal—Manifesto. *Cadernos BAD*, 0(1), 11–14.

Brasão, I., Domingos, N., & Santos, T. (2004). *Leitores de bibliotecas públicas: inquérito à rede de leitura pública na região de Lisboa*. Colibri.

Cabral, L. (1999). *As Bibliotecas Públicas Portuguesas: problemas e propostas de desenvolvimento*. Edições Afrontamento.

Caetano, C. (2017). *O Contributo das Bibliotecas Públicas Portuguesas para as Humanidades Digitais* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. https://hdl.handle.net/10316/85399.

Caixa, A. M. (2011). *A interpretação das orientações do Plano Nacional de Leitura pelas Bibliotecas Públicas Municipais* [Dissertação de Mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. http://hdl.handle.net/10071/4577.

Calixto, J. A. (1994). Biblioteca Pública versus Biblioteca Escolar: uma proposta de Mudança. *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação*, 3, 57- 67.

Calixto, J. A. (2004). O papel das Bibliotecas Públicas no apoio à aprendizagem ao longo da vida. *Páginas A&B*, 13, 77 – 103.

Calixto, J. A. (2005). As Bibliotecas Públicas Portuguesas: transformações, oportunidades e desafios. *Páginas A&B*, 16, 61 – 88.

Cardoso, S. I. P., & Nunes, M. B. (2015). Auto-imagem e estereótipo do bibliotecário: Um estudo centrado nos profissionais de bibliotecas públicas Portuguesas. *Cadernos BAD*, 1, 23-44. https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1209.

Casimiro, G. F. S. (2021). *Rede de bibliotecas de Lisboa*. Colibri Centro de Estudos Clássicos.

Chainho, C. (2011). Redes de Cooperação entre Bibliotecas Públicas e Escolares do Litoral Alentejano [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9121/2/Carla_Chainho_tese_%C3%BAltima%2520vers%C3%A3o_Vol_I.pdf.

Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1995). *Cooperação entre Bibliotecas Públicas e Escolares: um exemplo no concelho de Loulé. Multiculturalismo: actas*, 5, Aveiro. BAD.

Costa, I. D. P. da. (2005). *Perfil profissional dos técnicos do serviço de informação à comunidade nas bibliotecas públicas portuguesas* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/15621.

DGLAB. (2009). *Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais* [Descontinuado]. Rede Nacional de Bibliotecas Pública/DGLAB.

DGLAB. (2018). *Questionário de Recolha de Dados Estatísticos 2018 – RNBP*. DGLAB.

DGLAB. (2019). *A Agenda 2030 e as Bibliotecas Públicas Portuguesas*. http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Paginas/Agenda-2030-BibliotecasPortuguesas-BAD.aspx.

Fernandes, M. R. (2013). *Redes concelhias/interconcelhias de bibliotecas: um estudo descritivo baseado em inquérito por questionário* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança]. Biblioteca Digital do IPB. http://hdl.handle.net/10198/7124.

Figueiredo, F. E. (2004). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Actualizar para responder a novos desafios. *Cadernos BAD*, 1, 60-72.

Figueiredo, F. E., & Calixto, J. A. (1998). Os serviços para crianças e jovens nas bibliotecas públicas portuguesas. *Liberpolis: Revista das Bibliotecas Públicas,* vol. 1, 51–70.

Filipe. G. (Ed.) (2021). *Rede de Bibliotecas de Lisboa*. Colibri/Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos.

Freitas, E. de. (1998). *As bibliotecas em Portugal: Elementos para uma avaliação*. Observatório das Actividades Culturais.

Freitas, E. de, Casanova, J. L., & Alves, N. de A. (1997). *Hábitos de leitura: Um inquérito à população portuguesa*. Publicações Dom Quixote.

Fundação Calouste Gulbenkian (Ed.). (1994). *Serviço de bibliotecas e apoio à leitura*. F.C.G.

Furtado, J. A. (1999). As Bibliotecas Públicas, as suas Missões e os Novos Recursos de Informação. *Liberpólis, Revista das Bibliotecas Públicas*, 2, 9-33.

Furtado, J. A. (2008). A promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas Europeias: Conclusões e recomendações. *Cadernos Oeiras a Ler: II Encontro Oeiras a Ler*, 116–138.

Grupo de Investigação sobre Bibliotecas Públicas (1984) Fins e objectivos da Biblioteca Pública (1984). *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação*, 1, 95- 96.

IFLA/UNESCO (1994). *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas*. https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf

IFLA/UNESCO (2003). *Os Serviços da Biblioteca Pública: Directrizes da IFLA/UNESCO*. Editorial Caminho.

Jones, K. (1983). Algumas observações sobre o desenvolvimento das bibliotecas públicas em Portugal. *Cadernos BAD*, 1, Artigo 1. https://doi.org/10.48798/cadernosbad.934.

Koontz, C., Gubbin, B., Oleiro, M., & Heitor, C. (2013*). Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*. Direção Geral do Livro dos Arquivos e Bibliotecas. http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/noticiasEventos/arquivo/Paginas/DiretrizesdaIFLA.aspx.

Leitão, P. (2009). Livros, Leituras e Redes Sociais. *Bibliotecas. Para a Vida II – Bibliotecas e Leitura* (437-460). Edições Colibri/CIDEHUS/EU/Biblioteca Pública de Évora,

Leitão, P. (2013). *A Biblioteca 2.0 e as Bibliotecas Públicas: O caso português* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Texto policopiado].

Lima, C. R. M. M. de. (2015). *Biblioteca em rede: Comunicação integrada no contexto das culturas participativas* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/79192.

Lopes, J. T., & Antunes, L. (1999). *Sobre a leitura: Bibliotecas e hábitos de leitura balanço de quatro pesquisas*. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Observatório das Actividades Culturais.

Marques, M. B. (2012). *A satisfação do cliente de serviços de informação: as bibliotecas públicas da Região Centro* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. URL: http://hdl.handle.net/10316/20462.

Marques, M. B. (2016). A Biblioteca Pública no século XXI: modernizar, transformar ou renovar? O caso da Região Intermunicipal de Aveiro. *Páginas a&b: Arquivos e bibliotecas*, Série 3, 5, 25-57. https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1470.

Melo, D. (2004). *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo 1926-1987*. ICS.

Mendes, A. S. G. (2011). *A gestão de qualidade nas bibliotecas públicas portuguesas: Implementação do sistema segundo a norma NP EN ISO 9001:2008*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6974.

Mendes, I. C. G. (2018). *A aprendizagem não formal para adultos: O caso da rede de bibliotecas de Lisboa* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/34793?locale=en.

Miranda, A. M. (2023). *Os profissionais da informação das Bibliotecas Públicas em Portugal: Entre Vouga e Tejo* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/61463/1/ulflamspmiranda_tm.pdf.

Monteiro, A. (1999). *A biblioteca pública de Beja como espaço de inter-acção*. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, Observatório das Actividades Culturais.

Mota, A. S. S. M. (2016). *O serviço de referência nas bibliotecas públicas em Portugal: Modelo de desenvolvimento* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/18746.

Moura, M. J. (2005). *Bibliotecas Públicas de Portugal: Projectos para a formação de Leitores*. Biblioteca Nacional.

Moura, M. J. (2016). Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Uma «revolução silenciosa». In D. Ventura & J. Ferreira (Eds.). *Bibliotecas em Portugal: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas* (11–19), Caleidoscópio.

Moura, M. J., Silva, G. L., Figueiredo, F. E., Rodrigues, E., & Casteleiro, R. (1996). *Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal*. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/424/1/Relat%c3%b3rio%20Leitura%20P%c3%bablica%201996.pdf.

Moura, M. J., Almeida, P. V., Portilheiro, J. M., & Calçada, M. T. (1986). *Leitura pública: Rede de bibliotecas municipais*. Secretaria de Estado da Cultura.

Moura, M. J. (Coord.). (1986). *Leitura pública: Rede de Bibliotecas Municipais*. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/LeituraPublicaRelatorio1986.pdf.

Neves, J. S. (2011). *Práticas de Leitura da População Portuguesa no Início do Século XXI* [Doutoramento em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. http://hdl.handle.net/10071/6696.

Neves, J. S. & Lima, M. J. (2009). *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Nunes, H. B. (1996). *Da biblioteca ao leitor: Estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Autores de Braga.

Oleiro, M., & Heitor, C. (2010). 20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: Um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa. *Políticas de Informação na Sociedade em Rede, 10 /Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Artigo 10. https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/157

Parreira, Z. M. C. (2018). *A regulamentação legal das bibliotecas públicas em Portugal* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23261?mode=full.

Patrão, S. (1999). Informatização na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. *Liberpolis: Revista das Bibliotecas Públicas*, 93-103.

Pereira, A. S. (2004). O Advento Digital e a nova missão da Biblioteca Pública. In *Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, n.º 8, Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura - (Re)inventar a Profissão*, Estoril, 12, 13 e 14 de maio de 2004. https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/643.

Pinto, M. L. C. S. (2007). *O marketing nas bibliotecas públicas portuguesas*. Colibri.

Proença, J. (2017). *Perfil da utilização das bibliotecas públicas: o caso da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Coimbra]. Repositório Comum. http://hdl.handle.net/10400.26/18348.

Runkel, A. M. (2000). Public libraries in Portugal: the silent revolution. In *66th IFLA Council and General Conference*, Jerusalem, Israel, IFLA, 13-18 Ago. 2000.

Rebelo, C. A. (2002). *A difusão da leitura pública: As bibliotecas populares: 1870-1910*. Campo das Letras.

Regedor, A. (2014). *Bibliotecas, Informação, Cidadania. Políticas Bibliotecárias em Portugal. Séculos XIX-XX* [Tese de Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/4291.

Santos, L. F., & Eiras, B. D. (2018). Redes intermunicipais uma estratégia para as bibliotecas públicas. *1.º Encontro de Leitura Pública: Redes Sociais e Bibliotecas em Rede*. https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1809.

Sequeiros, P. (2010). *Ler uma biblioteca nas inscrições de leitores, espaço e Internet: usos e representações de biblioteca pública* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto. http://hdl.handle.net/10216/50425.

Silva, M. A. (2007). *A adaptação das bibliotecas públicas face à sociedade atual: o caso de Vila Nova de Gaia* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório da Universidade de Aveiro. http://hdl.handle.net/10773/1525.

Sousa, C. (2016). *Serviços Educativos e Formação de Utilizadores em Bibliotecas Públicas e na Biblioteca Municipal de Gondomar. Um estudo de caso* [Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia]. Repositório Científico Lusófona. http://hdl.handle.net/10437/7910.

Ventura, D. & Ferreira, J. (Eds.) (2016). *Bibliotecas em Portugal: Rede Nacional de Bibliotecas Públicas*. Caleidoscópio.

Ventura, J. (2002). *Bibliotecas e esfera pública*. Celta.

Rede Portuguesa de Museus (RPM)

AAVV. (2010). *Encontro RPM 10 anos. Grupos de Trabalho - Conclusões*. IMC.

AAVV. (2012). *RPM Relatório de Actividades 2011*. DM/IMC.

Agren, P.-U. (2002). Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus. In Instituto Português de Museus, *Actas Fórum Internacional Redes de Museus* (pp. 17–24). Instituto Português de Museus.

Bressiani, T. L., (2025). *A presença digital dos museus da Rede Portuguesa de Museus* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes]. Repositório da UN: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstreams/64dabed5-c6aa-44ed-89e4-eb005ca761e2/download.

Camacho, C. F. (2003, março, 17). *A acção educativa nos Museus da Rede Portuguesa de Museus* [Conferência]. Seminário Museus e Serviços Educativos, Ponta Delgada.

Camacho, C. F. (2005). *Rede Portuguesa de Museus. Algumas propostas para reforçar o funcionamento em rede*.

Camacho, C. F. (2006). O panorama museológico no Algarve e a Rede Portuguesa de Museus. *Museal - Revista do Museu Municipal de Faro*, 1, 8-25.

Camacho, C. F. (2007, setembro 24 e 25). *O modelo da Rede Portuguesa de Museus e algumas questões em torno das redes de museus* [Conferência]. I Encontro de Museus do Douro, Vila Real. https://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/clara_camacho.pdf.

Camacho, C. F. (2007). Serviços educativos na Rede Portuguesa de Museus: panorâmica e perspectivas. In S. Barriga & S. G. Silva (coord.), *Serviços Educativos na Cultura* (pp. 26-41). SetePés.

Camacho, C. F. (2008a). Museus ao encontro dos públicos e das comunidades: perspectivas e experiências no quadro da Rede Portuguesa de Museus. Em AAVV (Ed.), *Actas Conferências Museus e Sociedade 2007 Museu Municipal de Caminha* (pp. 9-23). Câmara Municipal de Caminha. Disponível em: http://www.cm-caminha.pt/ver.php?cod=0P0H.

Camacho, C. F. (2008b). Red Portuguesa de Museos. Un proyecto estructurante de la política museológica nacional. *museos.es*, (4), 128–135.

Camacho, C. F. (2008-2009). A Rede Portuguesa de Museus e os museus com colecções de arqueologia - parâmetros de sustentabilidade. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património,* I Série, vol. VII-VIII, 107-114.

Camacho, C. F. (2010). Rede Portuguesa de Museus (2000-2010): balanço de uma revolução tranquila. *Museologia.pt*, 4, 10-33.

Camacho, C. F. (2015). *Redes de Museus e Credenciação: Uma Panorâmica Europeia*. Caleidoscópio.

Camacho, C. F. (2014a). Na senda das redes: caminhos e descaminhos da Museologia no Portugal democrático. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, XIII, 249-259.

Camacho, C. F. (2014b). *Credenciação, sistemas e Redes Nacionais de Museus* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11718/1/C.%20Camacho%20Tese%20Vol.%201.pdf

Camacho, C. F. (2016). A dimensão social dos museus em sistemas de credenciação europeus. *Revista Património*, 4, 70-76. Disponível em: https://www.academia.edu/41545654/A_dimens%C3%A3o_social_dos_museus_em_sistemas_de_credencia%C3%A7%C3%A3o_europeus.

Camacho, C. F. (Ed.). (2021). *Relatório Final do Grupo de Projeto Museus no Futuro*. Direção-Geral do Património Cultural.

Camacho, C. F., Monteiro, J. S. & Freire-Pignatelli, C. (2001). *Rede Portuguesa de Museus: Linhas Programáticas*. Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus.

Carvalho, A. (2020). Reflexões sobre património cultural imaterial e museus: das políticas às práticas. Em A. L. Semedo, A. M. R. Matos, & E. D. C. Mendonça (Eds.), *Gestão integrada do património em museus e salvaguarda do património cultural imaterial - atas do workshop*. Volume 1: Contexto português (pp. 13-43). NUGEP/UNIRIO e CITCEM.

Carvalho, A., & Camacho, C. F. (2023). Addressing Sustainability in Portuguese Museums and Heritage: The Role of Cultural Policies. Heritage, 6(12), 7742-7754. https://doi.org/10.3390/heritage6120407.

Claro, J. M. (2009). A Lei-Quadro dos Museus Portugueses. *Museologia.pt*, 3, 49–55.

Correia, E. I. P. (2020). *O privado na Rede Portuguesa de Museus* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. http://hdl.handle.net/10071/21075.

DGPC. (2022). *Ata encontro de museus da RPM*, 21 novembro 2022, Centro Cultural de Belém. DGPC.

Duarte, A. (2012). Museus Portugueses de 1974 à atualidade: da resolução de problemas à comunidade. *Em Questão*, 18 (1), 15–30.

Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus. (2001). *Rede Portuguesa de Museus. Regulamento de adesão à RPM*. Instituto Português de Museus.

Filipe, G. (2009). A Rede Portuguesa de Museus deve ser dirigida pelo Estado ou pelos museus? *I. Informação ICOM.PT*, 7, 9.

Filipe, G. (2017). A implementação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses: aporia de uma política museológica? *Boletim ICOM Portugal*, 10, 12-17.

Gameiro, J. (2009). A RPM deve ser gerida pelo Estado (IMC) ou pelos próprios museus? *II. Informação ICOM.PT*, 7, 10.

Guedes, N. C. (2013). Museus Portugueses. 1980-2010. In *VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Actas 2012* (pp. 53–69). Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

Lameiras-Campagnolo, M. O., & Campagnolo, H. (1996). Uma forma renovada de entidade museal: uma rede na área dos Coutos Cistercienses de Alcobaça. In *Actas do 1.º Seminário do Património da Região Oeste* (pp. 252–266). PH.

Lameiras-Campagnolo, M. O., & Campagnolo, H. (2002). O conceito de «Rede»: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas. In Instituto Português de Museus, *Actas - Fórum Internacional Redes de Museus* (pp. 25–39). Instituto Português de Museus.

Lira, S. (1997). Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político. In V Colóquio Galego de Museus. Melide.

Moreira, A., Paulo, D., Roque, F., Pinto, I., Pizarro, M. & Jerónimo, R. (2023). *Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Rede Portuguesa de Museus*. Ministério da Cultura.

Mourão, T. & Fradique, N. (2019). *Portugal - Rede Portuguesa de Museus no Registo de Museus Ibero-Americano*. Direção-Geral do Património Cultural/Ministério da Cultura.

Mourão, T. & Herdade, J. (2021). *Diagnóstico da Acessibilidade nos Museus da Rede Portuguesa de Museus.* Direção-Geral do Património Cultural/Ibermuseus.

Mourão, T. & Santos, J. (2021). *Diagnóstico dos Serviços Educativos e de Mediação Cultural dos Museus da Rede Portuguesa de Museus*. Direção-Geral do Património Cultural.

Neves, J. S. (2004). Constituição de redes de equipamentos e seus impactos: o caso da Rede Portuguesa de Museus. Em AAVV, *Públicos da Cultura* (pp. 223-240). OAC.

Neves, J. S. (2021). Políticas culturais de museus em Portugal: ciclos e processos de reflexão estratégica participada. *Midas*, 13, 1-23.

Neves, J. S., & Santos, J. (2021). *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2021*. OPAC. https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/os-museus-da-rpm.

Neves, J. S., Santos, J. & Ferreira, L. (2023). *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2022*. Observatório Português das Atividades Culturais. CIES-Iscte. https://doi.org/https://doi.org/10.15847/CIESOPACIC022023.

Neves, J. S. (coord.), Santos, J. A. & Lima, M. J. (2013). *O Panorama Museológico em Portugal. Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. Direção-Geral do Património Cultural/Secretaria de Estado da Cultura. http://hdl.handle.net/10071/11915.

Neves, J. S., Santos, J., & Nunes, J. S. (2008, junho 25 a 28). *Os museus em Portugal: políticas públicas e dinâmicas do sector em Portugal nos anos mais recentes* [Conferência]. VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: saberes e práticas, Lisboa, UNL-FCSH. https://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/768.pdf.

Neves, J. S., & Santos, J. a. D. (2001). Museus em Portugal: dados recentes do seu levantamento. *Boletim Rede Portuguesa de Museus*, 1, 10-12. https://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/boletim-rpm/boletim-rpm1.

Observatório Ibero-Americano de Museus. (2020). *Panorama dos Museus na Ibero-America. Observatório Ibero-americano de Museus Edição 2020*. MECD/SGT e Programa Ibermuseus.

Oleiro, M. B. (2017). Políticas públicas no sector dos museus: o que pode ser feito. *Boletim ICOM Portugal*, 8, 8-11.

Pereira, F. A. B. (1999). Redes de Museus e Organização de Museus Autárquicos. In Câmara Municipal de Loures, *9º Encontro Nacional de Museologia e Autarquias* (pp. 233-237). Câmara Municipal de Loures (pp. 233-237).

Queiroz, C., Camacho, C.F., Carvalho, D., Fragoso, D., Paupério, E., Roque, F., Fernandes, J.M., Santos, J., Fernandes, M.A., Ribeiro, M., Ferreira, M. Barcelos, M., Huerta, N. Gonçalves, S. C., & Romão, X. (2024). *Encontro Anual da Rede Portuguesa de Museus "Um novo modelo de gestão para a RPM: Estratégias e Perspetivas*". Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.

Raposo, L. (2014). O papel do associativismo na construção de uma política democrática de museus. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, XIII, 261-274. http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12884.pdf.

Rendeiro, H. F. S. (2019). *Gestão museológica: Paradigmas de atuação, resultados e perspetivas: o panorama da Rede Portuguesa de Museus quinze anos depois da sua criação* [Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. Repositório

Científico Lusófona. https://recil.ulusofona.pt/server/api/core/bitstreams/2af97419-2e7b-41f3-a8c0-36166de48510/content.

Roque, F. & Pacheco, C. (Coord.) (2024). *Diagnóstico de Monitorização dos Museus da RPM. Relatório*. Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.

Sani, M. (2010). Rede Portuguesa de Museus: uma visão exterior. *Museus em Rede Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, 37, 9-10.

Santos, M. L. L. & Neves, J. S. (2000). *Inquérito aos Museus em Portugal*. Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus.

Santos, M. L. L., Neves, J. S., Santos, J. A. & Nunes, J. S. (2005). *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003].* Instituto Português dos Museus/Rede Portuguesa de Museus e Observatório das Atividades Culturais.

Santos, J., Fradique, N., & Pacheco, C. (2023). *Diagnóstico de monitorização dos museus da RPM. Relatório preliminar*. Direção-Geral do Património Cultural.

Santos, J. (2009). *Rede Portuguesa de Museus: as formas de articulação e cooperação inter-museus* [Dissertação de Mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3770/4/master_jorge_alves_santos.pdf

Santos, J. (2011). A parceria como forma de articulação dos museus da Rede Portuguesa de Museus. *Museologia.pt*, 5, 58-63.

Santos, J. & Neves. J. S. (2017). Estatísticas oficiais, políticas museológicas e investigação: reflexão a propósito do caso português. *La Critica Sociologica*, 203(3), 75-86.

Semedo, A. (2004). Estratégias museológicas e consensos gerais. Em M. a. N. P. D. Brito & J. M. H. C. (Coords.) (Eds.), *Museus do Eixo Atlântico* (pp. 5-32). Eixo Atlântico. http://www.eixoatlantico.com/_eixo_2009/subido/Comisiones%20Delegadas/com20090602093233/museos.pdf.

Silva, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. Em AAVV (Ed.), *Públicos da Cultura* (pp. 241-283). OAC.

Silva, R. H. da. (1999). Rede Portuguesa de Museus. In Câmara Municipal de Loures, *9.º Encontro Nacional Museologia e Autarquias* (pp. 72–75). Câmara Municipal de Loures.

Silva, R. H. (2001). Apresentação. In C. F. Camacho, J. S. Monteiro, & C. Freire-Pignatelli (Eds.), *Rede Portuguesa de Museus: Linhas Programáticas* (pp. 7-8). MC/IPM

Tomás, E. (2007). *Os Museus na Rede e as Redes de Museus* [Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa]. Texto policopiado.

Rede Portuguesa de Arquivos

Barbedo, F., Barros, A., Santos, A.G., Runa, L., Garcia, M & Penteado, P. (2008). *Rede Portuguesa de Arquivos (RPA): fundamentos para o seu desenvolvimento e gestão. Módulo 2: modelo lógico*. DGARQ

Freitas, C., Borges, L. C. & Silva, A. M. (2023). Evolução da investigação académica e científica sobre os arquivos municipais portugueses no campo da Ciência da Informação, em Portugal. Contributo para um estado da arte. *Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*, Ano II, n.º 2, 69-88.

Henriques, C. (2008). *PARAM Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais: Relatório de avaliação, versão 1.0*. DGARQ.

Janeiro. J. (2016). O sistema nacional de arquivos em Portugal (1988- 2014): breve análise. *Cadernos BAD*, n.º 1 (jan.-jun), 111-123.

Jardim, J. (2006). Políticas públicas arquivísticas: Princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, 5(2), 5–16.

Jardim, J., & Fonseca, O. (2008). Políticas públicas de informação: A (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 9, 1–17.

Neves, J. S., Lima, M. J. & Santos, J. A. (2003). Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central. *OBS - Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais*, 12, 46-52.

Penteado, P. (2006). A nova arquitectura da Administração Central do Estado e a política pública de arquivos. *Cadernos BAD*, 2, 14–29.

Perdigão, M.M.D. (2020). *O lugar dos Arquivos nas políticas públicas portuguesas (1976-2019)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44815/1/ulflmmdperdigao_tm.pdf.

Rede Portuguesa de Arquivos (s.d.). *Princípios orientadores da Rede Portuguesa de Arquivos*. http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2009/10/RPA_Principios.pdf.

Ribeiro, F. (2023). Política de informação para os arquivos em Portugal: lições do passado e reflexões para o futuro. *Arade. Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*, Ano II, n.º 2, 45-68.

Runa, L. (2017). *Regulamento da Rede Portuguesa de Arquivos*. DGLAB. http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2017/10/Regulamento_2017.pdf.

Santos, M. L. L., Pereira, M. H., Neves, J. S., Lima, M. J., Santos, J. A., Fidalgo, M. J. & Silva, V (2003). *Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central*. Observatório das Actividades Culturais, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Silva, C. G. da. (2019). O lugar dos arquivos municipais nas políticas públicas governamentais em Portugal (1976-2018). In A. C. Rodrigues (Org.), *Seminário Arquivos Fluminenses no contexto Ibero-Americano* (27-48). L. E. T. Leite.

Rede Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)

AAVV. (1992). *Arqueologia e Recuperação dos Espaços Teatrais*. ACARTE/Fundação Calouste Gulbenkian.

Bernardino, C. P. (2024). *A Rede de Teatros e Cineteatros Portuguesa - RTCP - Caracterização dos equipamentos culturais da região centro* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/117729?mode=full

Borges, V. (2002). Artistas em rede ou artistas sem rede? Reflexões sobre o teatro em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 87-106.

Branco, M. P. (2013). *Medir, Avaliar, Aferir, Apreciar. Contributos para um referencial de qualidade de gestão para teatros de serviço público* [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona]. Repositório Científico Lusófona. http://hdl.handle.net/10437/5303.

Centeno, M. J. A. (2009, abril 14 a 19). A política cultural em Portugal na entrada do novo século [Comunicação]. VI Congresso SopCom/4º Congresso Ibérico: sociedade dos media: Comunicação, Política e Tecnologia, Lisboa. https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/7567.

Centeno, M. J. (2012). *As Organizações Culturais e o Espaço Público. A experiência da Rede Nacional de Teatros e Cineteatros*. Colibri/IPL.

Correia, C., Matos, C., Esteves, F., Ferreira, M., Loio, N., Teigão, R., & Lopes, V. (2023). *Relatório Anual da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses*. DGARTES. https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/Relatorio_Anual%20RTCP_2023.pdf.

Cruz, D. I. (2008). *De volta aos Teatros*. Livraria Civilização Editora

Dâmaso, A. C. (2013). *Programação em rede. Estudo de caso: Montijo e Palmela* [Trabalho de Projeto de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/handle/10362/10762.

Fernandes, T. O. (2019). *O Papel dos Teatros no Desenvolvimento de Espetadores Emancipados* [Dissertação de Mestrado, Politécnico de Leiria]. Repositório IC-Online. http://hdl.handle.net/10400.8/4900.

Ferreira, F. (2022). *RTCP: uma rede de políticas culturais em democratização* [Relatório de Estágio de Mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.21/15123.

Freitas, M. a. P. G. D. (2016). *Teatros e cineteatros municipais – uma reflexão sobre políticas, redes e equipamentos* [Dissertação de Mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12537/1/dissertacao%20MariaAnaFreitas.pdf.

Honrado, M. (2017). Prefácio. In J. S. Neves, J. Azevedo, R. T. Gomes, & M. J. Lima (Eds.), *Estudo posicionamentos das entidades artísticas no âmbito da revisão do modelo de apoio às artes* (pp. 2-3). DGARTES e CIES-IUL. http://hdl.handle.net/10071/14962.

Neves, J. S. (2020). Cultura - Uma lenta recuperação apoiada no investimento público (diagnóstico) e os apoios financeiros às artes (análise de política). In R. P. Mamede & P. A. Silva (Eds.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2020: Valorizar as políticas públicas* (pp. 25-32). IPPS-Iscte. https://ipps.iscte-iul.pt/images/PDF/EstadoNacao/O_Estado_da_Nacao_e_as_Politicas_Publicas_2020.pdf.

Neves, J. S., Azevedo, J., Gomes, R. T., & Lima, M. J. (2017). *Estudo posicionamentos das entidades artísticas no âmbito da revisão do modelo de apoio às artes*. DGARTES e CIES-IUL. 10.15847/CIESIUL/2017/ESTUDO

Neves, J. S., (Ed.), Macedo, S. C., Santos, J., & Lima, M. J. (2024). *Atlas Artístico e Cultural de Portugal*. DGARTES.

Rodrigues, A. (2009). A descentralização. A rede. As políticas culturais. In F. M. Ramos, A. Rodrigues, J. L. Ferreira & M., *Quatro Ensaios à Boca de Cena, Para uma Política Teatral e da Programação* (pp. 65–110). Livros Cotovia.

Rede Portuguesa de Arte Contemporânea

Rodrigues, A., Simões, I., Nascimento, P. & Mestre, M. (2024, maio, 24). *Arte Contemporânea em Rede: desafios e expetativas* [Mesa-redonda]. Millennium Art Talks, Lisboa.

Redes Culturais

Artemrede (2019, maio, 2). *3º Fórum Político: Redes Culturais: modelos de cooperação para o desenvolvimento dos territórios* [Encontro], Pombal.

Besteiro, A. (2022). *Redes culturais: Estruturas rizomáticas para potenciar a gestão cultural* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório Ic-Online. http://hdl.handle.net/10400.8/7078.

Costa, I. (Ed.). (2007). POC. *Projetos financiados pelo Programa Operacional da Cultura. Património, museus, recintos culturais, grandes eventos*. Programa Operacional da Cultura.

Dias, S. L. A. E. S. (2014). *Programação em artes performativas para idosos nos serviços educativos das redes culturais* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.21/4214.

Gama, M. (2014). Cultura de redes culturais: O estado das redes do Estado. Em *Atas do VIII Congresso Português de Sociologia. 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas.* Associação Portuguesa de Sociologia.

Junior, J. R. S., & Cunha, K. P. L. (2019). O potencial das redes culturais: entrevista com Manuel Gama. *Extraprensa,* 13(1), 292 – 305. https://doi.org/10.11606/extraprensa.

Lima, I. P. (2005). As Redes Culturais são um importante instrumento de Coesão Nacional. *Criar Cultura, Newsletter do Programa Operacional da Cultura*, nº 7, 3.

Neves, J. S., (Ed.), Macedo, S. C., Santos, J., & Lima, M. J. (2026). *Atlas Artístico e Cultural de Lisboa e Vale do Tejo.* OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais.

Neves, J. S., (Ed.), Macedo, S. C., Santos, J., & Lima, M. J. (2024). *Atlas Artístico e Cultural de Portugal*. DGARTES. http://hdl.handle.net/10071/32383.

Neves, J. S. (2025). Cultura - Redes Culturais Nacionais: uma cobertura alargada do território: Políticas públicas culturais: grandes avanços e assimetrias persistentes. Em P. A. Silva (Ed.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2025: A decentralização e a desconcentração das políticas públicas*. IPPS-Iscte. https://www.ipps.iscte-iul.pt/pt/publicacoes/estado-da-nacao-politicas-publicas/enpp-25

Programa Operacional da Cultura. (2000*). Redes de Cultura*. MC.

Rebelo, J., Correia, L., & Cristovão, A. (2007). Redes Culturais e Desenvolvimento Local: a Experiência da Comum. *RPER*, (15), 21–40. https://doi.org/10.59072/rper.vi15.236.

Silva, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. In AAVV, Públicos da Cultura (pp. 241-283). OAC.

Silva, A. S. (2018). Cultural networking: Rhetoric, policy and practice in Portugal. *Portuguese Journal of Social Sciences,* 17(1), 19-35.

Silva, A. S., Santos, H., & Guerra, P. (Eds.). (2026). *Cultural change in contemporary Portugal*. Universidade do Porto.

Soares, I. (2012). *A Rede de Museus do Algarve: Funcionamento e Potencialidades* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora. https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/11788/1/tese%20doc%20final%2030-%2009-11.pdf.

Notas biográficas dos autores

José Soares Neves | licenciado em Sociologia pela NOVA/FCSH, mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação e doutorado em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação (2012) pelo Iscte. É Professor Associado da Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de História (Iscte), investigador integrado e cocoordenador do Grupo de Investigação Comunicação e Cultura do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte). É cocoordenador da seção temática Arte, Cultura e Comunicação da Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Foi investigador permanente e coordenador de projetos do Observatório das Actividades Culturais (OAC) durante a sua existência (1996 a 2013). Foi presidente do mais recente Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC) do Conselho Superior de Estatística (que decorreu entre 2006 e 2010). Tem publicado regulamente, como autor ou coautor, e integrado diversas equipas como coordenador ou investigador em estudos museológicos, de arte e cultura. É diretor do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) desde a criação em dezembro de 2018.
| jose_soares_neves@iscte-iul.pt

Jorge Santos | licenciado em Investigação Social Aplicada pela Universidade Moderna de Lisboa, mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação pelo Iscte e doutorando em Sociologia também pelo Iscte. Foi investigador do OAC - Observatório das Atividades Culturais (1999-2013) integrando, desde 2019, a equipa de investigação do OPAC - Observatório Português das Atividades Culturais. As linhas de investigação são políticas culturais, gestão cultural, monitorização e desempenho de museus e públicos dos museus. Desde 2019 desenvolve atividade na Direção-Geral do Património Cultural, agora Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E., como membro da Unidade Técnica da Rede Portuguesa de Museus. | jaass@iscte-iul.pt

Sofia Costa Macedo | licenciada em Arqueologia pela Universidade de Lisboa e Doutorada em História Moderna e Contemporânea pelo Iscte. Professora Auxiliar Convidada da Escola da Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de História (Iscte) e Investigadora Integrada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) e Investigadora do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC). Tem como área de trabalho e investigação os mecanismos e instrumentos da salvaguarda e valorização do património cultural, a defesa do património e mais recentemente a resiliência patrimonial. Atualmente é coordenadora do Palácio Nacional de Queluz (Parques de Sintra, Monte da Lua, S.A.).
| sofia_costa_macedo@iscte-iul.pt

Maria João Lima | licenciada em Ciências Musicais pela NOVA/FCSH, mestre em Ciências Musicais (2000) pela mesma faculdade e doutorada em Sociologia (2023) pelo Iscte. É investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte) (CIES-Iscte), Investigadora do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) e professora auxiliar convidada (Iscte, ESPP). Foi investigadora do INET-MD (1995-2000) e do OAC - Observatório das Actividades Culturais (2001-2013) tendo colaborado em inúmeras pesquisas e publicações sobre a avaliação de políticas culturais locais e nacionais, públicos da cultura, práticas culturais, práticas artísticas expressivas, cobrindo diversos domínios culturais como artes do espetáculo, leitura, bibliotecas, arquivos, museus e património.
| maria.joao.lima@iscte-iul.pt